



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL**

Av. Osvaldo Aranha, 540 – Bairro Juventude – Bento Gonçalves RS - CEP 95700-000

Fone: 54 3455 3200

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
DO INSTITUTO FEDERAL DO RS
2009 – 2013**

Bento Gonçalves RS, junho de 2009.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PERFIL INSTITUCIONAL - SÍNTESE HISTÓRICA	7
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	7
<i>Natureza Institucional</i>	7
<i>Inserção Regional</i>	8
<i>Caracterização Sócio-econômica e Educacional da Área de Abrangência</i>	8
REITORIA BENTO GONÇALVES	10
CAMPUS DE SERTÃO.....	10
CAMPUS DE PORTO ALEGRE.....	14
<i>Vinculação com a realidade socioeconômica regional</i>	14
<i>Caracterização geral do Campus</i>	14
CAMPUS DE RIO GRANDE.....	15
<i>Perfil socioeconômico da região</i>	15
<i>Principais destaques:</i>	16
<i>Caracterização geral do Campus</i>	17
CAMPUS DE OSÓRIO	19
<i>Perfil Sócio-Econômico</i>	20
CAMPUS DE CAXIAS	22
<i>Caracterização da microrregião de Caxias do Sul</i>	22
CAMPUS DE CANOAS	24
CAMPUS DE ERECHIM.....	26
CAMPUS RESTINGA – PORTO ALEGRE	29
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL.....	31
MISSÃO, VALORES, FINALIDADES E OBJETIVOS	32
MISSÃO	32
VISÃO INSTITUCIONAL	32
VALORES.....	32
FINALIDADES.....	33
OBJETIVOS	34
PLANEJAMENTO DA GESTÃO	36
OBJETIVOS GERAIS DA GESTÃO	36
<i>Implantar e Consolidar o Instituto Federal do Rio Grande do Sul</i>	36
<i>Desenvolver Gestão Multicampi</i>	36
<i>Formar Pessoas para Vida e o Trabalho</i>	36
<i>Difundir Informações</i>	36
<i>Realizar Convênios Nacionais e Internacionais com Instituições Públicas e/ou Privadas</i>	37
<i>Promover a Inserção Comunitária</i>	37
PLANEJAMENTO DAS ÁREAS VINCULADAS AOS OBJETIVOS GERAIS DA GESTÃO	38
OBJETIVOS E METAS DA ÁREA DE ENSINO.....	38
OBJETIVOS E METAS DA ÁREA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	41
OBJETIVOS E METAS DA ÁREA DE EXTENSÃO.....	43
OBJETIVOS E METAS DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO	45
OBJETIVOS E METAS DA ÁREA DE RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS.....	48
DIFUSÃO DA AUTARQUIA INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	50
<i>Ações de Divulgação do Instituto</i>	50
POLÍTICAS DE ENSINO	51
ATUAÇÃO DO INSTITUTO EM RELAÇÃO AO NÍVEL E MODALIDADES DE ENSINO E SETORES DA ECONOMIA.....	52
ATUAÇÃO NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA	52
ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO ENSINO.....	53
<i>Ruptura com a dicotomia teoria e prática</i>	53
<i>Desenvolvimento de competências profissionais</i>	53

FLEXIBILIDADE CURRICULAR.....	54
MOBILIDADE	55
ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E COM A EXTENSÃO	56
ESTÁGIO	56
ENSINO À DISTÂNCIA	58
POLÍTICAS DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO.....	60
POLÍTICAS DE EXTENSÃO	65
POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS	67
POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO	67
POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNES).....	69
GESTÃO INSTITUCIONAL	70
ORGANOGRAMA DA REITORIA.....	70
A ORGANIZAÇÃO GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL COMPREENDE:	72
ORGANOGRAMA DOS CAMPI.....	73
<i>A organização geral dos Campi compreende:</i>	73
<i>O Conselho do Campus é integrado:</i>	73
CONSELHO SUPERIOR	74
<i>Compete ao Conselho Superior:</i>	75
DO COLÉGIO DE DIRIGENTES	76
<i>Compete ao Colégio de Dirigentes:</i>	77
GESTÃO DE PESSOAS	78
ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO PESSOAL	78
PLANOS DE CARREIRA E PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO	78
<i>Carreira Docente</i>	79
<i>Carreira Técnicos Administrativos em Educação (TAE)</i>	79
DADOS GERAIS DE SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	80
NÚMERO DE PROFESSORES DO QUADRO EFETIVO -	80
NÚMERO DE TAES DO QUADRO EFETIVO -	81
PREVISÃO DE EXPANSÃO DO QUADRO FUNCIONAL ATÉ 2013 – TOTAIS POR ANO.....	82
PROGRAMAS DE SAÚDE	83
POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	83
<i>Programas Específicos Para Fomentar o Empreendedorismo nos Alunos</i>	83
REGULAMENTO DISCIPLINAR	84
ATENDIMENTO À SAÚDE DISCENTE.....	84
REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL.....	84
ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	85
ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	86
OFERTA DE CURSOS ATUAIS E PLANO DE EXPANSÃO	88
CAMPUS BENTO GONÇALVES	88
CAMPUS CAXIAS	90
CAMPUS ERECHIM	91
CAMPUS DE SERTÃO	92
CAMPUS DE RIO GRANDE.....	93
CAMPUS CANOAS.....	94
CAMPUS DE PORTO ALEGRE	95
CAMPUS RESTINGA	96
CAMPUS OSÓRIO	97
INFRA-ESTRUTURA.....	98
EXPANSÃO PREVISTA	99
NOVOS CAMPI	99
<i>Campus de Ibirubá</i>	99
<i>Campus da Feliz</i>	106
AMPLIAÇÃO DOS ATUAIS CAMPI.....	107
<i>Campus Bento Gonçalves</i>	107
<i>Campus Porto Alegre</i>	108

<i>Campus Rio Grande</i>	108
<i>Campus Sertão</i>	109
INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA	111
INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA.....	113
RECURSOS TECNOLÓGICOS	114
ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	115
GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	115
PREVISÃO DE INVESTIMENTOS.....	115
ORIGEM, PLANEJAMENTO E APLICAÇÃO DE RECURSOS	117
<i>Fontes de Recursos</i>	117
<i>Forma de Rateio dos Recursos</i>	117
CONTROLE FINANCEIRO PARA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	118
INSTRUMENTOS DE CONTROLE E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	119
INSTRUMENTOS AVALIAÇÃO E CONTROLE INTERNOS.....	119
<i>Avaliação Institucional</i>	119
OUVIDORIA	120
AUDITORIA INTERNA.....	121
INSTRUMENTOS DE CONTROLE INSTITUCIONAL EXTERNOS.....	122
<i>Controladoria Geral da União (CGU)</i>	122
<i>Tribunal de Contas da União (TCU)</i>	123
SIMEC – SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitora

Claúdia Schiedeck Soares de Souza

Diretor Geral do Campus Bento Gonçalves

Eduardo Giovaninni

Diretora Geral do Campus Sertão

Viviane Silva Ramos

Diretor Geral do Campus Porto Alegre

Paulo Roberto Sangoi

Diretor Geral do Campus Rio Grande

Oswaldo Caseres Pinto

Diretora Geral do Campus Canoas

Janete Comaru Jachetti

Diretora Geral do Campus Caxias do Sul

Giselle Ribeiro de Souza

Diretor Geral do Campus Restinga

Amilton de Moura Figueiredo

Diretor Geral do Campus Erechim

Elcio Antonio Paim

Diretor Geral do Campus Osório

Roberto Saouaya

Pró-Reitor de Administração

Giovani Silveira Petiz

Pró-Reitor de Extensão

Lenir Antonio Hannecker

Pró-Reitor de Ensino

Sergio Wortmann

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Alan Carlos Bueno da Rocha

APRESENTAÇÃO

Há exatamente um século se iniciou uma história de construção da educação profissional no Brasil. Especialmente atentos à necessidade de implementar uma verdadeira revolução nessa área, está lançado o desafio de inovar e reestruturar a educação, especialmente pelas ações e programas do Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

O ano de 2009, proclamado como o ano da Educação Profissional no Brasil, não apenas reverencia a expansão do ensino profissional, mas ratifica as ações programadas a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com objetivos e finalidades bem definidos, para que se torne real em todo o território nacional que o ensino profissional é uma prioridade.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, neste texto denominado de Instituto Federal do Rio Grande do Sul tem como objetivo colocar em destaque aspectos conceituais previstos na legislação dos Institutos Federais bem como os princípios norteadores que estarão subsidiando as políticas de ensino, pesquisa e extensão previstas no seu planejamento. Preservado o dinamismo que matiza definitivamente a função social dos Institutos Federais, há a necessidade de uma organização para articular com a sociedade e as demandas regionais o cumprimento de metas ousadas a que o Instituto Federal do Rio Grande do Sul se propõe como nova institucionalidade.

Sob a égide desse propósito, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - do Instituto Federal do Rio Grande do Sul é a manifestação expressa de propósitos que pretendem nortear as ações para o período de 2009 a 2013.

São nove Campi integrantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul que, pela riqueza de sua diversidade de valores e necessidades na área educacional, propõem valorizar a educação em todos os seus níveis, contribuir para com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, oportunizar de forma mais expressiva as possibilidades de acesso à educação gratuita e de qualidade e fomentar o atendimento a demandas localizadas, com atenção especial às camadas

sociais que carecem de oportunidades de formação e de incentivo à inserção no mundo produtivo.

O desenvolvimento de soluções técnicas, tecnológicas e humanas, atentos às necessidades da comunidade, é uma responsabilidade afeta não somente à reitoria e equipe de dirigentes, mas os todos os agentes e partícipes do processo educacional. Há uma consciência clara desse compromisso. Os preceitos determinados na lei que instituiu os institutos federais servirão de referência ao planejamento que ora se impõe a partir do presente documento.

Bento Gonçalves RS, junho de 2009.

PERFIL INSTITUCIONAL - SÍNTESE HISTÓRICA

História da Educação Profissional e Tecnológica

Natureza Institucional

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul, com sede em Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul é constituído de nove Campi, a saber: Bento Gonçalves, Sertão, Porto Alegre, Rio Grande, Canoas, Restinga (POA), Caxias, Erechim e Osório. Além destes, na constituição do presente documento, fazem parte do Instituto Federal do Rio Grande do Sul os Núcleos Avançados de Ibirubá, recentemente federalizado e Feliz, além dos Pólos de Vacaria, Campestre da Serra, Pontão, Constantina, Antonio Prado e Casca.

Por força de Lei, o Instituto é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação gozando de prerrogativas com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar.

Nesse sentido, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul representa uma oportunidade e atributo da sociedade cuja missão é contribuir com o desenvolvimento socioeconômico da sociedade gaúcha e do Brasil, a partir do conhecimento de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento, considerando a comunidade em todas as suas representações. A essência das ações do Instituto está fundamentada na prática da consolidação de fomento à formação profissional mediante a perfeita articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Para que isso ocorra há a necessidade de que não se dispensem critérios de competência, eficiência e transparência.

Inserção Regional

Um dos objetivos dos institutos federais é definir políticas que atentem para as necessidades e demandas regionais. Nesse sentido, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul apresenta uma das características mais significativas que enriquecem a sua ação e seu planejamento: a diversidade. Os campi em funcionamento como instituições de ensino profissional tradicionais atuam em áreas distintas como agropecuária, de serviços, área industrial, vitivinicultura, turismo e outras.

Os campi estão localizados em regiões que estrategicamente se constituem uma referência em termos de necessidade de formação profissional em função da demanda de ingresso. Bento Gonçalves como sede da reitoria é um centro regional de desenvolvimento tanto da indústria, comércio, turismo, serviços e uma região definida claramente como desenvolvida também pela agropecuária, com produtividade e formação técnica já consagrada a partir da qualidade de formação empreendida pelo então CEFET Bento Gonçalves.

Essa tradição no trato com a educação profissional sob a égide da diversidade candidata o Instituto Federal do Rio Grande do Sul como capaz de concentrar na sua estrutura organizacional e de planejamento pedagógico como centro de formação profissional capaz de atender às mais variadas demandas e necessidades regionais.

Caracterização Sócio-econômica e Educacional da Área de Abrangência

A diversidade que caracteriza os campi do Instituto Federal do Rio Grande do Sul em sua constituição social, econômica e educacional, permite considerar como riqueza que qualifica o planejamento pedagógico. Desde a região Norte ao Sul do Estado do Rio Grande, Erechim e Rio Grande são campi que, geograficamente se constituem opostos, mas contribuem com a unidade na diversidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Há uma constituição sócio-econômica dos campi de Erechim, Porto Alegre, Caxias, Bento Gonçalves e Rio Grande, especialmente, que se caracterizam como regiões desenvolvidas, bom nível econômico das famílias, demanda discente

oriunda de regiões com bom poder aquisitivo em geral e que estão inseridas num contexto econômico de nível acima da média no RS. No entanto, Restinga, Canoas – em função da localização do campus – são comunidades carentes, de baixo poder aquisitivo e de uma carência de formação profissional para inserção no mundo do trabalho, pois não tem na sua maioria a possibilidade de inserção em cursos superiores ou no mercado de trabalho.

O campus Sertão, no entanto, de características bem diversas dos demais campi, está situado no interior de um município de aproximadamente 7 mil habitantes, cuja região de abrangência é marcadamente caracterizado por pequenos municípios, carentes de opções de trabalho e corpo discente oriundo de pequenos agricultores.

O campus de Osório, região colonizada por açorianos, no literal norte do RS, apresenta outras características distintas. Voltada ao turismo, 80% da população é urbana e carece de profissionais na área de serviços. Uma empresa de grande porte, a Petrobrás, proporciona uma arrecadação em impostos que torna o município destaque em termos de renda per capita. Essa marca de arrecadação aos cofres públicos candidata a educação como uma das prioridades, sem preocupações no que se refere a investimentos de infra-estrutura.

O atendimento a demandas de carência econômica ou a demandas de nível socioeconômico mais expressivo exige planejamento pedagógico bem definido em cada campus. Está expresso no presente documento, a autonomia e liberdade de cada campus, para dinamizar as ações de ensino, pesquisa e extensão que atendam às especificidades de cada região. A concepção desta trilogia não pode dispensar a atenção às necessidades de atendimento às camadas mais carentes da sociedade, especialmente na oferta de FIC e Proeja, possibilitando que os objetivos dos institutos federais sejam ratificados na prática em todas as modalidades e níveis desejados pela comunidade regional.

Reitoria Bento Gonçalves

Bento Gonçalves é um centro urbano de nível socioeconômico destacado, referência regional num contexto de 33 municípios e está inserido numa das regiões mais desenvolvidas do Estado do Rio Grande do Sul.

O índice de desenvolvimento humano (IDH), que considera a longevidade, a educação e a renda para medir a qualidade de vida da região Serra do Nordeste gaúcho é de 0,838. O município de Bento Gonçalves se destaca ocupando o primeiro lugar no estado do RS e o sexto no país com um índice de IDH de 0,870.

Com padrão de vida superior à média brasileira, Bento Gonçalves possui o dinamismo de um centro moderno, alta renda per capita e baixíssimos índices de analfabetismo e violência. É uma cidade moderna, que oferece boa infra-estrutura turística especialmente marcada pela colonização italiana.

Tem como principais atividades econômicas a indústria moveleira, a vitivinicultura, além das indústrias metalúrgica, plástica e alimentícia. Trata-se de uma região com demanda expressiva em muitas áreas da educação profissional, podendo se efetivar cursos diversos em níveis e modalidades distintas.

A reitoria do Instituto Federal do Rio Grande do Sul está provisoriamente instalada nas dependências do Campus Bento Gonçalves. Já está locado um prédio para a instalação da reitoria. Para 2010 está prevista a construção de sede própria.

Campus de Sertão

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Sertão - é parte integrante do Instituto, originário da antiga Escola Agrotécnica Federal de Sertão, tendo iniciado seu efetivo funcionamento no ano de 1963.

Com regime de internato e semi-internado, possui mais de 1000 matrículas e atende a uma demanda de mais de 360 alunos na casa do estudante, com atividades curriculares em período integral e muitas atividades complementares em horários extra classe.

O Campus Sertão está situado no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, município de Sertão, a 25 quilômetros de Passo Fundo, região Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Como referência regional em termos de formação profissional, com inferência mais expressiva na área de agropecuária. Seu corpo discente abrange uma área geográfica de mais de 120 municípios das microrregiões Nordeste, Noroeste, Norte e região da Produção, especialmente do Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul.

Integrado ao Plano de Expansão da educação profissional desempenha função relevante na cooperação para o desenvolvimento sócio-econômico regional, especialmente em regiões em que predominam as pequenas e médias propriedades rurais. São 52 anos de história de formação de técnicos em agropecuária com mais de 3.500 alunos que se inserem ao mercado de trabalho, não apenas como profissionais mas também como líderes e cidadãos com destacada participação em todos os campos da ação humana.

O Campus tem marcante atuação junto à comunidade regional, pois ao longo de sua existência vem proporcionando oportunidades de aperfeiçoamento de seu quadro funcional, docentes e técnicos administrativos. Além disso, desempenha papel importante no atendimento de demandas específicas na região, através de cursos técnicos, cursos de qualificação e requalificação e parcerias com municípios da região, empresas, cooperativas, outras instituições de ensino como Universidades e Sindicatos, além de convênios para cursos de Pós-Graduação e cursos descentralizados da sede, como Pontão, Vacaria, Constantina, Ibirubá e Campestre da Serra. Os investimentos e formação tanto qualificam o trabalho docente quanto a formação discente no que se refere à inserção de bons profissionais no mercado de trabalho.

O Campus de Sertão dispõe de um quadro docente com 41 professores do Ensino de 1º e 2º Graus, 77 servidores técnico-administrativos, e aproximadamente, 50 servidores terceirizados, todos voltados para o desenvolvimento de uma educação profissionalizante de qualidade.

Possui uma área total de 237 hectares. Quanto à área construída, a Escola conta com 20 (vinte) salas de aula, em bom estado de conservação; 9 (nove) laboratórios, a saber: 04 (quatro) de Informática para a prática das aulas do Curso Técnico em Informática e suporte aos cursos da área de agropecuária e Ensino

Médio; 01 (um) de Biologia, equipado, também com laboratório de Microbiologia; 01 (um) laboratório de Química; 01 laboratório de Física, 01 laboratório de Biotecnologia e 01 laboratório de Topografia. Esta Instituição mantém os seguintes setores de produção: na área de Agricultura: Culturas Anuais, Fruticultura, Silvicultura e Olericultura; na área de Zootecnia: Bovinocultura de corte e leite, Ovinocultura, Suinocultura, Apicultura, Piscicultura e Avicultura, Agroindústria, Unidade de Beneficiamento de Sementes, constituindo um laboratório para prática profissional, atividades pedagógicas e produção de matéria-prima para o processo agroindustrial. A Escola funciona em período integral, com aulas teóricas e práticas, nos períodos da manhã, tarde e noite, incluindo, ainda, outras atividades para atendimento da clientela externa, como cursos de curta duração, que visam à atualização, capacitação e treinamento em áreas diversas e cursos de qualificação para professores municipais em convênio com municípios da região.

Na área Técnico-Pedagógica a partir do estado de demanda foram implantadas novas habilitações visando à readequação curricular. A política pedagógica contempla a avaliação qualitativa, buscando a melhoria da qualidade de ensino, diminuindo os índices de reprovação e evasão. A escola desenvolve os cursos Técnico em Agropecuária, nas modalidades concomitante e subsequente, Técnico em Agropecuária habilitação em agroecologia, nas modalidades concomitante e subsequente, Técnico em Agroindústria, modalidade subsequente, Técnico em Informática, modalidade subsequente, Técnico em Agropecuária habilitação em fruticultura, modalidade subsequente e PROEJA, com formação técnica em Informática e em Agroindústria. Também está desenvolvendo o curso superior de tecnologia em Agronegócio e se iniciam no segundo semestre de 2009, cursos de Licenciatura e Bacharelado.

Na área de Gestão Escolar, a Instituição busca a participação ativa da comunidade externa nos processos decisórios de caráter administrativo, produtivo e pedagógico, através da participação de representantes em conselhos e promove a capacitação de recursos humanos na área administrativa e de ensino.

À medida que a Escola foi conquistando o reconhecimento da comunidade regional, como centro de excelência em educação profissional, foi também se tornando alvo de relevantes reivindicações. Nesse contexto, destacam-se as solicitações relativas à oferta de cursos de Nível Tecnológico cuja viabilidade pode

ser facilmente comprovada pela demanda de profissionais especializados em diversas áreas, mas principalmente, pela capacidade formadora da escola, na área agropecuária.

Há um destaque especial, no entanto, em termos de vocação regional, para a área relacionada à agropecuária, mas agora, com a chegada dos Institutos Federais, a verticalização do ensino permite atender demandas específicas em quilombolas, FIC, Proeja, Licenciaturas, tecnólogos além de fomento especial à pesquisa e extensão.

Campus de Porto Alegre

Vinculação com a realidade socioeconômica regional.

O Campus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, localizado na capital gaúcha, está intimamente entrosado ao perfil sócio-econômico da cidade que o abriga. Com um Produto Interno Bruto per capita, em 2006, de R\$ 20.900,00, a distribuição do Valor Adicionado Bruto (VAB), no mesmo ano, foi de: Agropecuária (0,07%), Indústria (13,89%) e Serviços (86,04%). A maior parte da estrutura do setor de serviços está associada às empresas da área de administração técnica e profissional (49,47%) e construção civil e serviços imobiliários (26,66%). Dessa forma, a distribuição dos Cursos Técnicos oferecidos segue a orientação da constituição econômica do município, que está de acordo com o perfil sócio-econômico da Região Metropolitana de Porto Alegre. Da mesma forma, vale destacar a nítida vocação empreendedora da capital gaúcha, com infinitas possibilidades para a oferta de novos produtos e processos. Sendo assim, torna-se evidente a inserção dos atuais (e dos futuros) Cursos oferecidos pelo Campus Porto Alegre na realidade sócio-econômica da capital gaúcha, tendo como consequência uma quase que imediata inserção do egresso no mundo do trabalho.

Caracterização geral do Campus

O campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul conta atualmente com 11 Cursos Técnicos, todos na modalidade subsequente. A saber: Administração, Biblioteconomia, Biotecnologia, Contabilidade, Informática, Meio Ambiente, Química, Redes de Computadores, Secretariado, Segurança do Trabalho, Transações Imobiliárias. Além desses cursos, o campus oferece também o Curso de PROEJA, no qual o aluno, após a conclusão das disciplinas do Núcleo de Formação Geral (Ensino médio), pode optar por qualquer um dos Cursos Técnicos do campus. Cabe ressaltar que o total de alunos matriculados nos cursos acima citados chega à cerca de 1200. Outra modalidade de ensino ofertada pelo campus é a Formação

Inicial e Continuada (FIC), desenvolvida no chamado “Projeto Prelúdio”, no qual cerca de 350 crianças e adolescentes, entre 4 e 17 anos, participam de atividades de iniciação musical. A perspectiva é de que, a partir de 2010, o campus Porto Alegre ofereça seus primeiros cursos de Licenciatura (Biologia e Química), cursos Superiores de Tecnologia (Processos Gerenciais e Sistemas para Web) e também o Curso Técnico de Panificação.

Para atender a essa demanda, a comunidade escolar é constituída por aproximadamente 100 docentes e 33 técnicos administrativos. Deve-se destacar que, entre os docentes, mais de 90% possui curso de pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado); entre os técnicos administrativos também se destaca a elevada qualificação profissional, uma vez que a grande maioria possui curso superior e muitos possuem pós-graduação. Em se tratando de estrutura física o campus possui 22 salas de aula, 21 laboratórios de aulas práticas (Biotecnologia, Química, Meio Ambiente e Biblioteconomia), 8 laboratórios de Informática, 2 auditórios e uma biblioteca, o que atende plenamente as atuais necessidades do campus, sendo necessário, obviamente, um aumento de estrutura humana e física para contemplar as políticas de expansão do campus.

Campus de Rio Grande

Perfil socioeconômico da região

O município de Rio Grande, com uma área territorial de 2.813,91 km² (IBGE), está localizado na Planície Costeira Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Seu território compreende uma faixa de terras baixas, na restinga do Rio Grande, a Sudoeste da desembocadura da Lagoa dos Patos.

A população estimada do município é de 193.789 habitantes. Fonte: IBGE (2004)

A economia é caracterizada por acentuada predominância do setor secundário, numa ampla interação com o sistema viário, liderado pelas instalações portuárias. No entanto, outros setores tiveram grande influência no desenrolar das

atividades econômicas, contribuindo com etapas para o desenvolvimento integrado do município como a agricultura, a pecuária, a pesca, o comércio e o turismo.

O município de colonização portuguesa foi fundado em 19 de fevereiro de 1737 pelo Brigadeiro José da Silva Paes. Foi elevado à categoria de cidade em 1835.

Principais destaques:

- A mais antiga e maior Biblioteca do Estado – Biblioteca Rio-grandense (1846).
- A mais antiga igreja do sul do Brasil – Catedral de São Pedro (1755).
- A mais antiga Loja Maçônica do Estado - "União Constante" (1840).
- A primeira Banda Marcial Colegial do Brasil - "Colégio Lemos Júnior" (1956).
- Berço da colonização portuguesa no Estado.
- Berço do "Imperial Marinheiro" Marcílio Dias.
- Berço do Patrono da Marinha do Brasil, almirante Joaquim Marques Lisboa, "Marquês de Tamandaré".
- Cidade do mais antigo clube de futebol do País - "Esporte Clube Rio Grande" (19/07/1900).
- Cidade Histórica, Patrimônio do Rio Grande do Sul.
- Cidade onde está localizada a mais antiga Refinaria de Petróleo do Brasil - "Refinaria de Petróleo Ipiranga" (07/09/1937).
- Farol mais antigo em operação na costa brasileira (1820).
- Introdutor do basquete no Estado - "Clube de Regatas Rio Grande" (22/08/1897).
- Maior complexo portuário do sul do Brasil.
- Molhes da Barra do Rio Grande – uma das maiores obras de engenharia hidráulica do mundo.

- Pólo industrial pesqueiro do Rio Grande do Sul.
- Prédio-monumento da Alfândega, mandado construir por D. Pedro II (1874).
- Primeira Câmara de Comércio do Estado (26/09/1844) e a 4a mais antiga do Brasil.
- Primeira Câmara de Vereadores do Rio Grande do Sul (16/12/1751).
- Primeira Central telefônica automática do Rio Grande do Sul (1925).
- Primeira Fábrica de Charutos do Brasil-Pooock.
- Primeira Fábrica de tecidos de fio penteado de lã da América do Sul - Rheingantz & Walter (1873).
- Primeira Médica do Brasil - Dr. Rita Lobato.
- Primeira sede da Capitania do Rio Grande de São Pedro (13/08/1760).
- Primeiro Balneário Marítimo do Brasil – Balneário Cassino.
- Primeiro monumento ao general Bento Gonçalves da Silva, Herói da Revolução Farroupilha (Monumento-túmulo).
- Primeiro Tiro de Guerra do Brasil.
- Sede da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul e sede do 5o Distrito Naval.
- Um dos municípios que compõe a “Costa Doce”, maior complexo lacustre do mundo. Lagoas Mangueira e Mirim, Laguna dos Patos.
- Único porto marítimo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Universidade mais meridional do Brasil – Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Caracterização geral do Campus

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Rio Grande é oriundo do Colégio Técnico Industrial, vinculado à Universidade Federal de Rio Grande. O Colégio Técnico Industrial - CTI surgiu em 1964, junto à Escola de Engenharia

Industrial, fundada em 1956 e que viria a ser o embrião FURG. Sentindo a crescente expansão do setor industrial da cidade de Rio Grande, com destaque para o setor de pescados, sugeriram ao então Ministério da Educação e Cultura a criação do Colégio Técnico Industrial, que ofereceria os cursos de Eletrotécnica e Refrigeração, cujos técnicos atenderiam à demanda oferecida pelas indústrias locais. A 6 de janeiro de 1965, a Portaria nº 2 do DEI/MEC (publicada no Diário Oficial da União em 19 de janeiro de 1965) autorizou o funcionamento do CTI.

Com a criação da Fundação Universidade do Rio Grande (agora Universidade Federal do Rio Grande - FURG) em 1969, que congregou a Escola de Engenharia Industrial e as diversas faculdades da cidade, o CTI também foi integrado à mesma.

Em 1994, quando da ocasião do Jubileu de Prata da FURG, e resgatando a memória de seu idealizador e Diretor de 1964 a 1971, foi dado o nome de “Professor Mário Alquati” ao Colégio Técnico Industrial.

Em 29/12/2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pela Lei 11.892, o CTI passou a integrar o IFRS, passando a ser o Campus Rio Grande do mesmo.

Hoje, a Instituição é responsável pela formação de técnicos de nível médio nas Áreas: da Indústria, com habilitações de Técnico em Eletrotécnica, Projetos e Instalações Elétricas e Refrigeração e Ar Condicionado; da Informática, com habilitações de Técnico Desenvolvimento de Software, em Sistemas para Internet e Intranets e em Sistemas Orientados a Negócios; da Geomática, com habilitação de Técnico em Geomática, e da Saúde, com habilitação de Técnico em Enfermagem, estando vários de seus egressos exercendo suas atividades profissionais em todas as regiões do território nacional e mesmo fora do país.

Em 2007, o CTI adotou uma modalidade de ensino que, com a Reforma da Educação Profissional, que se concretizou no ano de 2001, foi extinta, por força de legislação e política vigente na época. Trata-se da oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade integrada ao Ensino Médio. Ao voltar a oferecer esta Modalidade de ensino, o CTI resgata sua vocação de Colégio Técnico, e ao mesmo tempo seu papel social de escola pública, gratuita e de qualidade direcionada para a formação de profissionais cidadãos. Também em 2007, o CTI aderiu ao Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, PROEJA, passando a oferecer o Curso Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado nesta modalidade de ensino.

Em 2008 passou a ser oferecido o primeiro curso de nível superior, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e no primeiro semestre de 2009 iniciaram os cursos de Tecnologia em Refrigeração e Climatização e em Eficiência Energética em Edificações.

Ao longo de sua existência, o CTI tem criado condições favoráveis para a manutenção de seu padrão de qualidade, na função social de escola pública e, sobretudo, no preparo de seus alunos para a vida e o mercado de trabalho, aliando formação profissional e humanística. Cabe destacar ainda a alta qualificação do quadro docente (mais de 80% dos seus professores mestres ou doutores) e o excelente desempenho de seus alunos nos vestibulares da FURG e de outras universidades da região, e no ENEM (1º lugar geral em Rio Grande e entre os dez melhores desempenhos das escolas públicas gaúchas desde que os resultados são divulgados pelo INEP).

Campus de Osório

Localizado no Bairro Albatroz, na Rua Santos Dumont 2127, o Campus de Osório está situado no município de Osório, cuja formação étnica é diversificada com a presença de várias correntes colonizadoras e imigrantes, com a presença inicial de portugueses, em especial, açorianos que chegaram na segunda metade do Século XVII.

A população urbana de Osório está em 80%. Predomina na população ativa o setor terciário (serviços) com 60%. A área industrial ocupa 20% e o setor primário, também, com 20%. A tendência é o aumento da área de serviços. Atualmente, através de uma carta de intenção de um grande grupo industrial, o município pode vir a ser um pólo metal-mecânico.

Além disso, o Litoral Norte do Rio Grande do Sul é integrado por 23 municípios que somados tem 332.204 habitantes (fonte IBGE-2006), numa área

geográfica de 8.772,998 Km². O município de Osório conta com 40.626 habitantes numa área de 663.267Km².

O município de Osório, estado do Rio Grande do Sul, é instalado em 16 de dezembro de 1857, após emancipar-se de Santo Antônio da Patrulha, levando consigo uma vasta área de Palmares do Sul e Torres.

Parte das instalações da TRANSPETRO (Petrobrás) está em áreas do município de Osório, o que lhe dá um importante retorno financeiro. A produção de Energia Eólica, através do seu parque de Energia Eólica, um dos maiores da América Latina, gera 150KW e será ampliado, futuramente.

O fluxo turístico em Osório é significativo, especialmente no período do verão, com seus dois balneários, Atlântida Sul e Mariápolis, é passagem para quem se dirige às demais cidades do litoral. Com o crescimento econômico e social diversificado tende a ocupar espaços. A natureza exuberante, com o mar, rios, lagoas e Mata Atlântica que encobre a Serra Geral, dá as condições para o maior incremento de tão promissor setor da economia.

Perfil Sócio-Econômico

Quanto ao âmbito econômico, podemos distinguir a potencialidade do município através do VAB, que é um indicador econômico-contábil utilizado pelo estado para calcular o repasse de receita do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ao município, ou seja, indica o movimento econômico e, conseqüentemente, o potencial que o município tem para gerar receitas públicas.

Quanto maior é a movimentação econômica de um município, maior é seu índice de participação no repasse de receitas oriundas da arrecadação do referido tributo.

Para análise dos dados relativos ao VAB dos municípios do Litoral Norte, verificaram-se três áreas distintas:

a) A indústria que compreende o setor de transformação extração: eletricidade, gás, água e construção.

Neste quesito, os municípios que apresentam maior concentração de VAB na indústria são: Capivari do Sul, Santo Antônio da Patrulha e Osório.

Osório apresenta um percentual significativo de VAB. Além de, uma distribuição equilibrada entre os vários setores econômicos, enquadrando-se, portanto, melhor como município urbano com população permanente.

A população é fixa, concentram grande número de postos de trabalho, principalmente nos setores de serviços, comércio e indústria, prestando serviço para os demais municípios, servindo também como centro comercial para a população da região, já que exerce essa função o ano todo. Além de Osório, podemos mencionar também, como municípios polarizadores no tocante à concentração de investimentos públicos e privados: Torres, Tramandaí e Capão da Canoa.

b) Agropecuária que compreende as atividades relativas à agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal.

c) Serviços que se divide em comércio e demais serviços, tais como: reparação de automóveis, de objetos pessoais e de uso doméstico, alojamento, alimentação, transportes, armazenamento, comunicação, intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, administração pública, saúde e educação, outros serviços coletivos e sociais. Existem oito municípios com significativa concentração dessa atividade de serviços: Osório, Tramandaí, Capão da Canoa, Arroio do sal, Cidreira, Imbé e Xangri-lá.

Portanto, o planejamento e a gestão dessa região exigem ações integradas entre o setor público e a sociedade civil organizada a fim de colaborar para seu crescimento dentro de uma perspectiva de sustentabilidade.

A audiência pública; a *enquete de perfis para a seleção de cursos técnicos*; na região apontaram sugestões de cursos nas seguintes áreas:

_ Edificações: Crescimento do setor imobiliário, falta de mão-de-obra qualificada, rapidez de absorção ao mercado de trabalho;

_ Gestão: a fim de contemplar uma parcela da população que já trabalha em pequenos estabelecimentos e não possui formação adequada, muitos dos quais não possuem o Ensino Médio;

_ Informática: área que tem se caracterizado como suporte necessário para os demais setores do mundo do trabalho;

_ Agroindústria: a região aglomera inúmeros alambiques, sendo o carro chefe a cachaça e embutidos, porém ficou para a segunda fase de construção devido à restrição de verbas por parte do Governo Federal;

_ Turismo: a região apresenta um potencial turístico com inúmeros lagos e montanhas, além da proximidade com o mar.

Definiu-se assim, quatro eixos temáticos a serem inicialmente contemplados:

Construção Civil (Edificações, Desenho Arquitetônico);

Gestão e Negócios (Técnico de Operações Administrativas: ênfase: Empreendedorismo, Informática e Logística);

Turismo (Eventos, Hospedagem, Gastronomia)

Agroindústria (Destilados e Embutidos).

O ensino médio integral, inicialmente, será direcionado para os cursos de Administração ênfase: Empreendedorismo; Informática ênfase: Internet. O ensino subsequente para os demais cursos. Cursos de Qualificação, FIC, licenciatura, tecnologia e PROEJA também serão ofertados.

Campus de Caxias

Caracterização da microrregião de Caxias do Sul

A microrregião de Caxias do Sul divide-se em 18 municípios, sendo eles: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Santa Tereza, São Marcos, Veranópolis e Vila Flores. A área total da microrregião é de 4.854 Km² com uma população de 729.152 habitantes (IBGE, 2005). O PIB da microrregião é de 12,3 bilhões de reais, com um PIB per capita de R\$ 17.400,00 (IBGE, 2003).

No que tange a participação regional no setor Industrial, percebe-se a concentração industrial localizada em torno do eixo Porto Alegre - Caxias do Sul,

onde a região da Serra conta com 14,3% das indústrias gaúchas, sendo pólo de praticamente todos os setores industriais relevantes.

A região da Serra tem como base de sua indústria os Setores de Mecânica-Metalurgia (pólo Caxias do Sul) e Mobiliário-Madereira (pólo Bento Gonçalves). No gênero metalúrgica destacam-se os municípios Caxias do Sul, Carlos Barbosa, e Farroupilha e para o gênero mecânica temos Caxias do Sul como destaque. Somente na parte de Metal-Mecânica / Elétrica a região conta com aproximadamente 2400 empresas.

No gênero produtos de matérias plásticas a concentração maior está localizada em torno do Pólo Petroquímico de Triunfo, onde está localizada a maior parte da produção associada a este gênero. Porém, destaca-se ainda, o município de Caxias do Sul.

No gênero produtos químicos, novamente a concentração maior está localizada em torno do Pólo Petroquímico de Triunfo, mas Caxias do Sul tem um papel importante neste setor (Figura 6). Somente no município de Caxias do Sul, o setor é responsável por cerca de 8300 empregos em 569 estabelecimentos.

No setor de Serviços, em Caxias do Sul, os Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação são responsáveis por cerca de 9.500 empregos em 3400 estabelecimentos.

Diante deste cenário, o Campus de Caxias do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul irá oferecer os Cursos Técnicos Integrados em Plásticos, Química, Mecânica e Comércio (PROEJA), Cursos Técnicos Subseqüentes em Química e Cozinha, Cursos de Tecnologia em Metalurgia e em Logística e Licenciaturas em Química e Matemática.

Para tanto, o projeto arquitetônico prevê uma infra-estrutura de 21 salas de aula de 54m² cada, Laboratório de Biologia, Laboratório de Física, Laboratório de Química Geral, Laboratório de Físico-Química, Laboratório de Química Analítica, Laboratório de Cozinha, Laboratório de Microbiologia, Laboratório de Intemperismo, Sala de Desenho, Laboratórios de Informática, Laboratório de Ensaio Mecânicos, Laboratório de Metrologia, Laboratório de Instrumentação, Laboratório de Tratamentos Térmicos, Laboratório de Metalografia, Laboratório de Preparação Mecânica, Laboratório de Areias, Laboratório de Fundição, Laboratório de

Microfusão, Laboratório de Conformação, Laboratório de Corte, Laboratório de Soldas, Laboratório de Usinagem, Laboratório de Caracterização Plásticos, Laboratório de Processos de Transformação de plásticos, Laboratório de hidráulica e pneumática, Laboratório de processos de fabricação mecânica, Laboratório de Máquinas térmicas e motores. É prevista uma área para Laboratório de Instalações Elétrica, Laboratório de Eletrônica, Laboratório de Eletricidade que permitirá, ainda, em uma expansão com mais docentes e técnicos administrativos, a implantação de Curso Técnico em Eletrotécnica e Informática. Além destes, é previsto uma biblioteca de 185m², em um primeiro momento, mas com projeto de um novo prédio para abrigar uma biblioteca de 270m² para acervo e mais 315 m² para salas de estudo individuais e em grupos.

A obra está prevista para iniciar no segundo semestre de 2009, com conclusão até maio de 2010 e início das atividades acadêmicas no segundo semestre de 2010.

Campus de Canoas

Canoas é um município pertencente à mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e à microrregião de Porto Alegre. Foi emancipado das cidades de São Sebastião do Caí e Gravataí em 1939, e seu nome se origina da confecção de canoas em seu território.

O município possui o segundo maior PIB e a quarta maior população do estado, além de ser a 67a. cidade do Brasil com mais habitantes. Canoas atrai pessoas de outros municípios por causa de seu centro movimentado, das muitas indústrias e por ser um pólo de ensino com uma universidade e dois centros universitários.

Segundo estimativas do IBGE, Canoas, em 2006, contava com uma população de 333.322 habitantes, sendo o 4o. maior município do estado do RS e o 67o. do Brasil em população. O PIB do município, de R\$ 8.610.943.000,00, é considerado elevado, sendo o 2o. no estado e o 26o. no ranking do PIB nacional, superando capitais como Goiânia, Belém e Natal. A população urbana ocupa 99,8% e, a rural somente 0,2%. A densidade demográfica é de 2.542,56 habitantes por

km², considerada alta para um município com uma área pequena. A taxa de analfabetismo é de somente 3,23%, considerada relativamente baixa.

O parque industrial de Canoas é um dos maiores e mais importantes do Estado, gerando 68,4% do PIB do município. Pequenas, médias e grandes empresas fabricam os mais variados produtos, desde máquinas pesadas até os mais delicados instrumentos cirúrgicos. O setor comercial contribui com 23,4%, o de serviços com 8,2% e, por fim, o setor primário, com 4%. Entre as indústrias e empresas localizadas no município estão: IKRO, Iriel (adquirida recentemente pelo Grupo Siemens), Perdigão, AGCO Massey Ferguson, International Engines, TecMaster, Springer Carrier e a Refinaria Alberto Pasqualini (Petrobras e Repsol YPF).

O Campus Canoas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul foi criado como Escola Técnica Federal pela Lei 11.534, de 25 de Outubro de 2007 e, a partir da Lei 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

A região de abrangência do Campus Canoas compreende os municípios de Canoas, Esteio, Cachoeirinha, Gravataí e zona Norte de Porto Alegre, estimando-se uma população de aproximadamente 1,5 milhões de habitantes.

Durante o ano de 2009 o campus estará sendo construído, sendo a primeira fase composta por quatro prédios que totalizam 3,4 mil m², onde funcionarão as instalações administrativas, direção, apoio pedagógico, mini-auditórios, centro de convivência, biblioteca, salas de aula e laboratórios, com capacidade para atender até 300 alunos por turno.

Para o segundo semestre de 2009, está prevista a realização do concurso público para professores e técnicos administrativos, que deverão ser nomeados no início de 2010, para que as atividades de ensino do campus iniciem em fevereiro de 2010, com os seguintes cursos:

Técnico em Informática para Internet - subsequente : 72 vagas

Técnico em Logística - subsequente :72 vagas

Técnico em Eletrônica - subsequente : 72 vagas

Técnico em Informática - integrado : 72 vagas

Técnico em Eletrônica - integrado : 72 vagas

Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas : 36 vagas

Superior de Tecnologia em Logística : 36 vagas

Licenciatura em Matemática : 36 vagas

Campus de Erechim

Município de Erechim está localizado ao Norte do Rio Grande do Sul, na Região do Alto Uruguai, sobre a cordilheira da Serra Geral. Tem como limites ao Norte os municípios de Aratiba e Três Arroios, ao Sul Getúlio Vargas e Erebango, ao Leste Gaurama e Áurea e ao Oeste os municípios de Paulo Bento e Barão de Cotegipe.

Possui uma área de 431km² e uma população de 96.310 habitantes. O clima é Subtropical, apresentando as quatro estações bem definidas (primavera, verão, outono e inverno).

Erechim é considerado um dos principais pólos de desenvolvimento industrial do norte do Estado do RS, com predominância da indústria metal-mecânica e de balas e doces, além de plásticos, carrocerias de ônibus, equipamentos para informática, cartões magnéticos, equipamentos cirúrgicos, hospitalares e para escritórios, vestuário em tecido e malha, calçados, móveis e estofados. A atividade é a grande geradora de empregos representando 35,53% da atividade econômica do município. Em segundo lugar vem a prestação de serviços com 38,30% e em terceiro o comércio, com 22,32% da economia municipal. O setor primário, que figura em último lugar como gerador de receita, é de importância fundamental pela diversidade de sua produção, caracterizada pelos minifúndios que fornecem matéria prima para a agroindústria regional. A População Economicamente Ativa é de 47,60% e a força de trabalho contém concentra 37.000 trabalhadores.

O setor de prestação de serviços cresceu bastante nos últimos anos. Ocupa o primeiro lugar na participação econômica do Município, representando uma parcela de 38,30% na economia municipal. Destaca-se por ser o que mais emprega mão-de-obra - mais de 10 mil empregados - seguido da indústria, comércio e agricultura.

Os números demonstram a tendência de crescimento cada vez maior deste setor, considerada a atividade com melhores perspectivas quanto à capacidade de geração de empregos em nível global.

O SESI, o SESC, o SENAI, o SEBRAE, o SENAC, as Escolas de Ensino Médio Técnico-Profissionalizante e a URI qualificam e modernizam a mão-de-obra dos trabalhadores erechinenses, que contribuem, desta forma, para o crescimento do setor de serviços, atraindo indústrias que necessitam de mão-de-obra especializada de diversos estados brasileiros.

O Distrito Industrial é gerenciado pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Ainda com lotes abertos à instalação de novas empresas, o Distrito Industrial Irany Jaime Farina conta com 678.813m² de área já ocupada e norteia o desenvolvimento da Cidade. A infraestrutura é composta de pavimentação asfaltada das ruas e acessos, água potável, rede telefônica, iluminação pública, energia disponível e transporte coletivo. Em andamento a terceira fase de ampliação com mais 308.037,86m², completa infraestrutura e a instalação de mais 31 novas empresas e já com uma nova área adquirida de mais de 150 metros quadrados, que vai possibilitar nesta quarta fase de ampliação do Distrito Industrial, a instalação de mais uma dezena de indústrias. O acesso é pela BR-153.

No que tange ao berçário industrial possui área com 560m² destinada ao desenvolvimento de microindústrias. Atualmente estão instaladas dez microempresas dos ramos moveleiro, calçados, confecções, serigráfico e metalurgia leve. Localizado na Rua Ernesto Galli, Vila Santa Catarina, Três Vendas, o Berçário Industrial funciona num sistema de condomínio. Empresários recebem assessoria da URI Campus de Erechim para melhorar o desempenho administrativo e empresarial.

Produção primária garante matéria-prima para as agroindústrias familiares

A atividade que propiciou o desenvolvimento desta região representa, hoje, 6,39% da arrecadação municipal, porém a sua importância não pode ser medida somente por este índice, já que a agricultura e pecuária são atividades que garantem a matéria prima da agroindústria forte da região e, também, exercem influência direta sobre a atividade comercial.

São cerca de 2.919 pequenos produtores no município, que cultivam: milho, soja, feijão, arroz, erva mate, aves, suínos, leite, alcachofra, peixes, hortaliças, fumo, frutas e outros.

Os produtores conseguem, através do Cooperativismo, a organização necessária para desenvolver novas técnicas de produção, alternativas de diversificação, assistência técnica e garantia de comercialização que, aliadas à característica do povo trabalhador de nossa região, conseguem fixar o homem ao campo, proporcionando qualidade de vida e conforto para o meio rural.

A agricultura e a pecuária se constituem fontes referenciais da economia. A quantidade produzida, segundo dados, ainda não tão atualizados, é de: Soja: 1.117.773 toneladas; Milho: 1.828.672 toneladas; Trigo: 498.639 toneladas; Feijão: 146.530 toneladas; Cevada: 149.713 toneladas e Frutas: 736.440 toneladas. Na pecuária Aves: 30.531.550, Bovinos: 15.353, Suínos: 325.735. Também possui criadores de bubalinos, caprinos, codornas, coelhos, eqüinos, muares e ovinos.

Comércio diversificado

A participação da atividade comercial na economia de Erechim, quando comparada com a contribuição das demais atividades, é muito significativa e tem evoluído tanto no aspecto quantitativo como qualitativo. Contribuindo com 22,32% da arrecadação do município, o setor tem crescido em quantidade, qualidade, variedade e diversificação, o que torna Erechim um centro comercial para a região do Alto Uruguai. Destaca-se o comércio de cereais, veículos, eletrodomésticos, ferragens, tecidos, confecções, calçados, alimentos, máquinas e equipamentos, peças e acessórios, entre outros.

Turismo: grande potencial de futuro

Erechim possui um potencial turístico muito importante. A cidade possui uma história que se encontra registrada em sua arquitetura, no Castelinho, nosso patrimônio Histórico. Possuímos belezas naturais que se constituem em atrativos turísticos potenciais, como o Parque Longines Malinowski, o Centro de Lazer da Estância Hidromineral das Águas da Cascata, além do Centro Cultural 25 de Julho, um dos melhores teatros do interior do estado, que serve de palco para a realização

de eventos de âmbito nacional e internacional e outros como o Pólo de Cultura do Norte e Nordeste do RS, a URI - Campus de Erechim, a Catedral São José e o Estádio Colosso da Lagoa Ypiranga Futebol Clube.

Erechim é uma cidade de braços abertos que procura se integrar com outros povos e lugares na sublime missão de vivenciar idéias, valores e projetos, rumo ao progresso. O Turismo é atividade que mais cresce em nível mundial e, em Erechim existe um grande potencial ainda não explorado, mas que está sendo trabalhado para, no futuro, tornar-se uma importante fonte de renda e emprego à população.

Com relação à Biblioteca Pública Municipal, o acervo é expressivo e o espaço é amplo. São mais de 30 mil volumes e uma coletânea de mais de 25 mil títulos diferentes. A Biblioteca Pública Municipal Gladstone Osório Mársico funciona na Rua Rui Barbosa, 100. Fone: (54) 522-2300 - ramal 2023. O horário para visitas: manhã - das 8h15min às 11h30min; à tarde - das 13h30min às 21 horas. Para o público infantil, diariamente, está reservada a Hora do Conto, para isto basta agendar o dia e o horário.

A memória da cidade está preservada no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font. São mais de 100 mil documentos à disposição do público, duas mil fotos reveladoras do desenvolvimento do Município, 180 fitas cassetes com depoimentos de pioneiros e 120 fitas de vídeos registrando eventos importantes da cidade.

Campus Restinga – Porto Alegre

Na cidade de Porto Alegre, são dois os campi que integram o Instituto Federal do Rio Grande do Sul: Campus Porto Alegre, instituição de ensino profissional já consolidada e engajada em potencializar o desenvolvimento sócio econômico ao qual está inserida e o Campus Restinga, uma nova instituição, situada no extremo sul da cidade, no bairro de mesmo nome, em uma região carente, que apresenta grave situação de vulnerabilidade social.

No final dos anos 60, o modelo de desenvolvimento urbano adotado pelo país, e implantado em Porto Alegre, promoveu a remoção de significativos contingentes populacionais; grupos de sub-habitações e favelas foram deslocados

das áreas adjacentes centrais para a região da Restinga, cerca de 25 km do centro da cidade.

A situação dos primeiros moradores era de extrema precariedade, a Vila Restinga como foi chamada inicialmente, era uma área alagadiça cercada de mata virgem e desprovida dos recursos mais básicos, tais como: redes de água e iluminação, escolas e postos de saúde.

Foi a partir da mobilização dos moradores que, gradualmente, a população passou a usufruir de alguns benefícios. Uma característica marcante da comunidade, que até hoje continua lutando pelo desenvolvimento da região.

Atualmente, a Restinga é um dos bairros mais populosos de Porto Alegre com aproximadamente 54 mil habitantes, o que representa 3,95% da população do município, segundo o IBGE. Com área de 38,56 km², representa 8,10% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 1394,29 hab/km². A taxa de analfabetismo é de 6% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 3,6 salários mínimos.

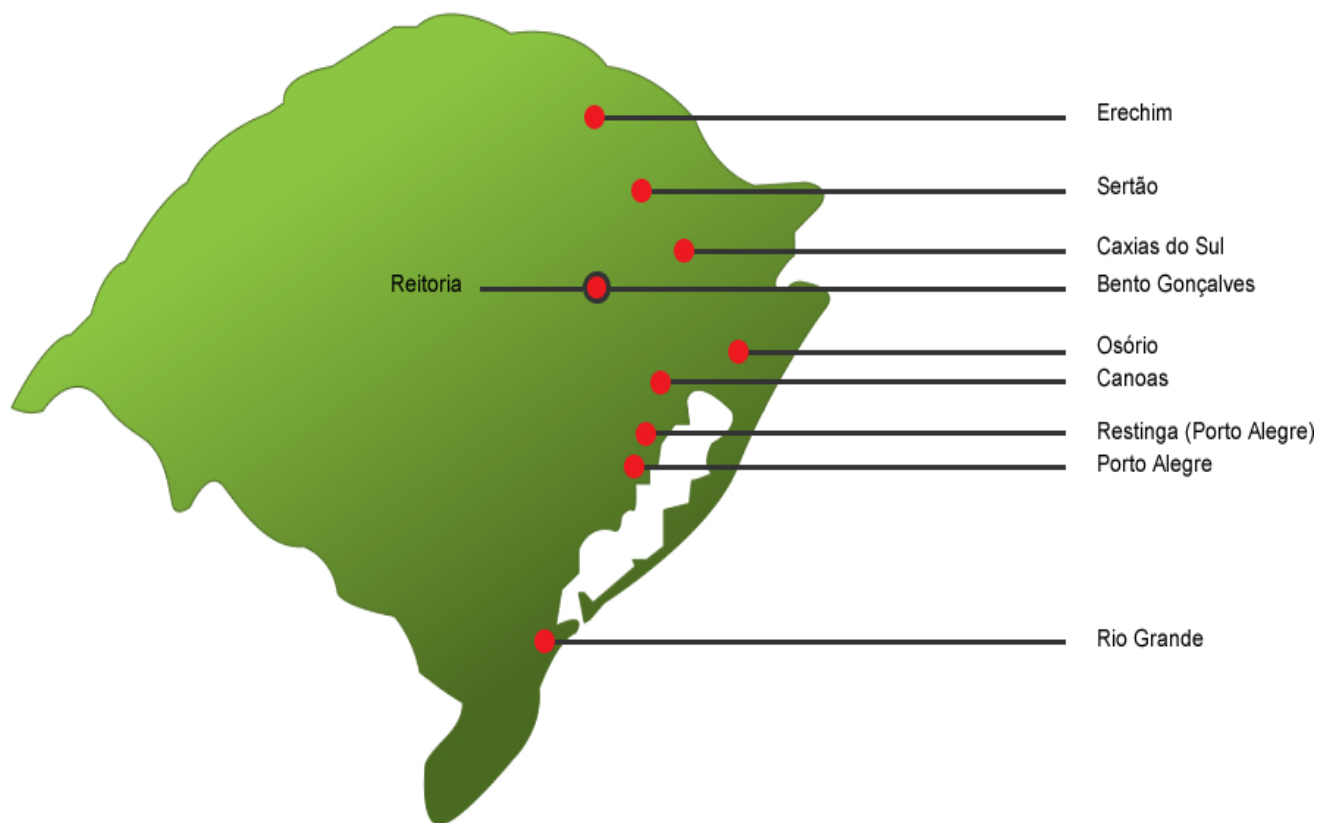
A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida preferencialmente na forma integrada, além do Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos). Os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) também deverão ofertados no Campus Restinga.

No Seminário promovido pelo então CEFET-BG junto a Comunidade, a discussão para a seleção de cursos técnicos na região apontaram para 7 eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Hospitalidade e Lazer, Infra-estrutura, Gestão e Negócios, Recursos Naturais (FIC) e Produção Cultural (FIC).

Em médio prazo serão ofertados também cursos de nível superior, como Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia assim como Cursos de Pós-graduação.

O Campus Restinga, que será implantado no ano de 2010 certamente constituirá uma nova perspectiva para a qualificação e geração de emprego e renda na região da Restinga, Porto Alegre e região metropolitana.

Mapa de localização dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul



MISSÃO, VALORES, FINALIDADES E OBJETIVOS

Missão

Promover a educação profissional e tecnológica gratuita e de excelência, em todos os níveis, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para formação humanista, crítica e competente de cidadãos, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável da região.

Visão Institucional

Ser uma instituição de referência regional em educação, ciência e tecnologia buscando a formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Valores

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul garantirá a todos os seus Campi a autonomia da gestão Institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) Ética** – Ser referência básica que orientará as ações institucionais;
- b) Desenvolvimento Humano** – Desenvolver a cidadania, a integração e o bem-estar social;
- c) Inovação** – Buscar soluções às demandas apresentadas;
- d) Qualidade e Excelência** – Promover a melhoria permanente dos serviços prestados;
- e) Autonomia dos Campi** – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada campus;
- f) Transparência** – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão;

g) Respeito – Valorizar e prestar atenção especial aos alunos, servidores e público em geral;

h) Compromisso Social – Participar efetivamente das ações sociais

Finalidades

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul, no cumprimento de suas obrigações legais e propósitos de ser agente de transformação regional, articula-se com as seguintes finalidades:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Objetivos

Para o desenvolvimento das finalidades propostas, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul propõe os objetivos que seguem:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI – ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica.

PLANEJAMENTO DA GESTÃO

Objetivos Gerais da Gestão

Implantar e Consolidar o Instituto Federal do Rio Grande do Sul

- 1) Edificar, equipar e prover quadro de pessoal na sede da reitoria.
- 2) Constituir políticas e ações de difusão e fortalecimento do Instituto Federal
- 3) Fortalecer a marca Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Desenvolver Gestão Multicampi

- 1) Preservar a autonomia pedagógica e administrativa em cada campus, respeitando as especificidades e permitir a elaboração de regulamentos internos para a normatização da atividade pedagógica e administrativa local.
- 2) Promover a Unidade Gestora para cada campus.
- 3) Promover oportunidades de sinergia entre os campi.

Formar Pessoas para Vida e o Trabalho

- 1) Contribuir para o desenvolvimento sócio-cultural, econômico, ambiental, ético e do senso crítico, promovendo à melhoria da qualidade de vida e integração social.

Difundir Informações

- 1) Constituir políticas e ações de difusão e integração com as comunidades internas e externas.
- 2) Criar mecanismos de comunicação entre os campi.

- 3) Criar e manter um canal permanente com a mídia.

Realizar Convênios Nacionais e Internacionais com Instituições Públicas e/ou Privadas

- 1) Firmar convênios, acordos e cooperações, observando as finalidades e objetivos do Instituto Federal, promovendo a educação, pesquisa e extensão.

- 2) Criar mecanismos permanentes de registro e controle de acordos, cooperações e convênios.

Promover a Inserção Comunitária

- 1) Analisar as necessidades e expectativas da comunidade regional nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

- 2) Criar mecanismos que viabilizem ações de integração e cooperação com a comunidade de abrangência.

- 3) Fomentar o desenvolvimento empreendedor através de projetos aplicados.

PLANEJAMENTO DAS ÁREAS VINCULADAS AOS OBJETIVOS GERAIS DA GESTÃO

Objetivos e Metas da área de Ensino

Objetivo Geral: Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades do ensino de Graduação e Educação Profissional.		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Construir o Projeto Pedagógico Institucional - PPI.	2009	Elaborar o PPI do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.
Conhecer as demandas da região de abrangência de cada campus, para obter subsídios para a oferta de cursos	2009-2013	Implantar um sistema permanente de coleta e análise de dados (observatório).
Planejar, implantar e acompanhar projetos didático-pedagógicos em todos os Campi, visando implementar melhorias nos cursos em todos os níveis e modalidades.	2009-2013	Apoiar a elaboração de projetos de cursos em todos os níveis e modalidades de ensino
	2009-2013	Revisar os projetos Didático-Pedagógicos dos cursos já existentes em todos os níveis e modalidades.
	2009-2013	Orientar e acompanhar os Projetos dos cursos.
		Orientar e acompanhar a implementação das Atividades Complementares dos cursos.
		Orientar e acompanhar a regulamentação do Estágio Curricular dos cursos.
Orientar e acompanhar a regulamentação dos Colegiados de Cursos.		
Orientar e acompanhar a execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).		
Implantar novos Cursos em todos os níveis e modalidades de ensino.	2009-2013	Implantar cursos de todos os níveis e modalidades de ensino nos <i>Campi</i> .
	2009-2013	Qualificar e capacitar os servidores para a oferta de novos cursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino.
		Acompanhar a definição das áreas

Planejar e implantar a melhoria dos Cursos Técnicos.	2009-2010	de abrangência dos cursos atuais e para abertura de novos cursos, atendendo às condições de cada Campus e às demandas locais/regionais.
	2009-2013	Revisar os projetos dos Cursos Técnicos de Nível Médio. Realizar seminário de capacitação e operacionalização para o desenvolvimento dos projetos dos cursos.
Planejar e implantar melhorias nos Setores de Apoio às Atividades de Ensino.	2009-2010	Implantar o Sistema de acompanhamento Acadêmico em todos os <i>Campi</i> do Instituto.
	2009-2013	Implantar o Sistema de Biblioteca integrada em todos os <i>Campi</i> .
	2009	Formular normas para a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e relatórios de estágio.
	2009	Implantar o Sistema de Registro de Diplomas do INSTITUTO.
Planejar e implantar Programa Especial de Formação de Professores.	2009	Instituir programas de Formação Pedagógica para Professores.
Promover políticas de acesso e permanência do educando e participação ativa às atividades de ensino	2009-2013	Buscar recursos para implantação de programas de atendimento ao educando que estimulem o desenvolvimento formativo.
Implantar a página da Pró-Reitoria de Ensino - PROEN	2009	Implantar a página da PROEN, visando manter atualizada a documentação dos Cursos e dos processos do Comitê de Ensino.
Apoiar e incentivar a realização de eventos em cada Campus.	2009-2013	Apoiar a realização de eventos científicos e eventos do Instituto nos campi. Apoiar e incentivar a realização de eventos científicos itinerantes no Instituto.
	2010-2013	Apoiar e incentivar a realização de eventos culturais, esportivos, artísticos, etc. nos campi e no Instituto.
Elaborar as Diretrizes de Gestão das Atividades de Ensino	2009-2011	Elaborar as Diretrizes de Gestão das Atividades de Ensino do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.
Criar e implantar Programas de Formação Inicial e Continuada (FIC)	2009-2013	Ofertar cursos de formação inicial e continuada
		TIRAR Ofertar cursos de formação

		inicial e continuada para servidores.
Criar e implantar Programas de Capacitação Docente e Experiências Profissionais Relevantes.	2009-2013	Identificar demandas de capacitação docente do Instituto.
		Elaborar propostas de programas de capacitação docente do Instituto.
Implantar um Sistema de Informações Acadêmicas (SIA)	2009-2011	Implantar o SIA com o cadastro de todas as informações acadêmicas dos cursos regulares do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.
Elaborar um programa de fomento à pesquisa e iniciação científica e tecnológica em articulação com a área de pesquisa	2009-2010	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar programas de bolsas institucionais 2. Viabilizar bolsas em agências de fomento 3. Disponibilizar recursos orçamentários para desenvolvimento da pesquisa e inovação
Articular com a área de pesquisa atividades de ensino de pós-graduação	2009-2013	Apoiar as atividades didático-pedagógicas relacionadas ao ensino de pós-graduação.

Objetivos e Metas da área de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação

Objetivo Geral: Coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de pesquisa junto aos Campi visando à difusão da pesquisa científica aplicada à sociedade		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Criar um comitê de Incentivo à Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Científica	2009-2013	<ol style="list-style-type: none"> 1. Institucionalizar ações para implementar/consolidar a pesquisa e a pós-graduação. 2. Articular a pesquisa em todos os níveis e modalidades. 3. Capacitar servidores para a pesquisa. 4. Regulamentar as atividades de pós-graduação, pesquisa e inovação. 5. Criar a cultura de pesquisa no contexto do Instituto.
Elaborar um programa de fomento à pesquisa e iniciação científica e tecnológica em articulação com a área de ensino	2009-2013	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar programas de bolsas institucionais 2. Viabilizar bolsas em agências de fomento 3. Disponibilizar recursos orçamentários para desenvolvimento da pesquisa e inovação
Criar grupos de inovação tecnológica (NIT)	2009-2013	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar as empresas juniores, as incubadoras tecnológicas. 2. Apoiar iniciativas de certificações e registro de patentes 3. Instrumentalizar ações de inovação tecnológica
Promover políticas de acesso e permanência do educando nas atividades de pesquisa	2009-2013	Buscar recursos para implantação de programas de atendimento ao educando na área de pesquisa.

Articular com a área de ensino atividades de ensino de pós-graduação	2009-2013	Coordenar as atividades didático-pedagógicas relacionadas ao ensino de pós-graduação.
Organizar eventos de cunho científico	2009 -2013	Elaborar, apoiar e integrar calendários de eventos científicos
Oportunizar a divulgação e troca de experiências em evento específico do Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2009-2013	Criar evento científico do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e discutir sua periodicidade e organização.
Difundir o conhecimento científico e tecnológico.	2009 -2013	1. Criar o portal virtual, agregando todas as produções acadêmicas, de pesquisa e de extensão de todos os Campi. 2. Criar revista de divulgação científica, tecnológica e educacional.
Formalizar e apoiar as ações de Inovação Tecnológica	2009-2013	1. Apoiar e incentivar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas e que gerem inovações tecnológicas
Incentivar convênios com entidades que desenvolvam atividades de Pesquisa e de Ensino de Pós-Graduação.	2009-2013	1. Realizar convênios ou parcerias, com vistas a desenvolver atividades de pesquisa e de ensino de Pós-Graduação, em consonância com a área de Ensino.

Objetivos e Metas da área de Extensão

Objetivo Geral: Planejar, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de extensão e de relações com a sociedade, fortalecendo a interação entre o Instituto, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa.		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Coordenar e supervisionar as atividades de transferência de tecnologia, desenvolvendo programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.	2009–2013	Elaborar projetos de extensão que possam obter e transferir tecnologia.
Viabilizar recursos e tecnologias para ações de extensão	2009–2013	Fazer parcerias com órgãos públicos ou não.
Elaborar programas de fomento à extensão	2009-2013	1. Implantar programas de bolsas institucionais de extensão 2. Disponibilizar recursos orçamentários para desenvolvimento de projetos de extensão
Realizar convênios interinstitucionais e empresariais.	2009–2013	Fazer parcerias com empresas, ONGs e órgãos públicos.
Viabilizar projetos de ação social.	2009–2013	Promover a realização de ações de cunho social.
Fomentar a capacitação de profissionais para a elaboração e execução de projetos e serviços.	2009–2013	Elaborar em conjunto com os Campi programas de capacitação profissional.
Estimular iniciativas empreendedoras.	2009–2013	Apoiar programas de empreendedorismo.
Firmar intercâmbios e parcerias.	2009–2013	Fazer parcerias com entidades internacionais.
Fomentar eventos sociais, culturais, desportivos, fóruns, seminários, feiras, congressos e mostras.	2009-2013	Apoiar e incentivar a realização de eventos culturais, desportivos, artísticos, etc. nos campi e no Instituto.
Intermediar estágios e empregos.	2009–2013	Elaborar em conjunto com os Campi

		programas de estágios.
Estabelecer mecanismos de acompanhamento de egressos.	2009–2013	Definir políticas de acompanhamento de egressos.

Objetivos e Metas da Área de Administração

Objetivo Geral: Implantar e consolidar o Instituto Federal do Rio Grande do Sul		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Apoiar a implantação do Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2009-2013	1. Colaborar na elaboração em conjunto com a comunidade escolar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul 2. Organizar os conselhos ligados ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Implantar a Pessoa Jurídica Instituto Federal do Rio Grande do Sul e seus respectivos campi	2009	Realizar Registro da Autarquia Instituto Federal do Rio Grande do Sul nos órgãos competentes das Esferas de Poder (Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal)
	2009-2013	Criar em conjunto com o MEC a Unidade Gestora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul no Sistema SERPRO (SIAFI, SIASG, SIDOR, SIAPE)
Instalar a Reitoria do Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2009	Coordenar a implementação da infra-estrutura necessária para o funcionamento da Reitoria
Participar da organização dos Organogramas dos Campi	2009-2010	Promover estudos com a Reitora, Pró-Reitores e coordenadores, o organograma nos campi, procurando

		estabelecer um princípio de igualdade nas funções dos campi.
Implementar infra-estrutura de comunicação virtual no Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2009-2010	1. Constituir salas de vídeo conferência na reitoria e nos campi 2. Viabilizar a implementação de sistemas computacionais para controle acadêmico, patrimonial, administrativo e financeiro.
Buscar a adequação permanente da infra-estrutura do Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2009-2013	Ampliar e modernizar os espaços pedagógicos nos campi

Objetivo Geral: Desenvolver políticas de gestão de recursos humanos		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Desenvolver iniciativas nas áreas comportamental, motivacional e da saúde	2009-2013	Desenvolver ações que estimulem o comprometimento dos servidores com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul
	2009-2013	Promover a integração e o bem-estar social dos servidores
	2009-2010	Implementar políticas de atendimento à saúde integral dos servidores
	2009-2013	Promover a integração de novos servidores no Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Colaborar com a implementação de planos de qualificação institucional	2009-2013	Promover cursos de capacitação para os servidores
	2009-2013	Estimular a realização de cursos de mestrado e doutorado em sintonia com o desenvolvimento das áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Objetivo Geral: Difundir a Instituição junto à sociedade		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Divulgar na Sociedade o Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2009-2013	Contratar empresa especializada em Marketing Corporativo para disseminar junto a Sociedade gaúcha o Instituto Federal do Rio Grande do Sul
	2009	Ampliar a atuação dos órgãos de comunicação do Instituto
	2010-2013	Criar mecanismos de avaliação institucional junto à comunidade regional

Objetivo Geral: Captar recursos extra-orçamentários		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Criar mecanismos para a ampliação da captação de recursos	2009-2013	Montar uma estrutura com profissionais especializados para a elaboração de projetos visando à captação de recursos
	2009-2013	Encaminhar projetos a organismos nacionais e internacionais para captação de recursos

Objetivos e Metas da Área de Relações Interinstitucionais.

Objetivo Geral: Constituir-se em instrumento de facilitação das ações da reitoria para o atendimento das necessidades administrativas e pedagógicas, buscando soluções para a consolidação do processo de construção do Instituto Federal do Rio Grande do Sul		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Promover intercâmbio permanente entre as Pró-Reitorias e os Campi.	2009-2013	Realizar planejamento estratégico em conjunto com os campi e a reitoria do Instituto Federal do Rio Grande do Sul
	2009-2013	Promover uma padronização de procedimentos administrativos no Instituto Federal do Rio Grande do Sul
	2009-2013	Promover descentralizações de crédito não utilizados pela Reitoria para os campi de maneira uniforme e isonômica.
Estabelecer relação com Diretores Gerais dos campi	2009-2013	Manter canal permanente de comunicação e interação com os Diretores Gerais dos campi, como instrumento de facilitação das demandas emanadas para a reitoria

<p>Colaborar na elaboração de minuta de PPI, Regimentos e Comitês.</p>	<p>2009</p>	<p>1. Apoiar a elaboração do Regimento do Instituto Federal do Rio Grande do Sul 2. Apoiar a elaboração do Regimento Geral de cada campus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul 3. Apoiar a elaboração do Regimento Disciplinar Discente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.</p>
<p>Viabilizar a constituição de comissão para efetivação do trabalho de implantação, para definição de cursos, para o provimento de estrutura física adequada, recursos humanos e parcerias em Núcleos.</p>	<p>2009</p>	<p>1. Coordenar a implantação do Núcleo Avançado de IBIRUBÁ RS 2. Coordenar a implantação do Núcleo Avançado da FELIZ RS</p>
	<p>2009-2013</p>	<p>Coordenar a implantação de novos Núcleos e/ou transformação dos atuais Pólos em Núcleos no Instituto Federal do Rio Grande do Sul</p>
<p>Organizar e apoiar a realização de cursos nos Pólos existentes no Instituto Federal do Rio Grande do Sul.</p>	<p>2009</p>	<p>Implementar os Pólos de Vacaria, Campestre da Serra, Pontão, Constantina (Campus Sertão) e, Casca e Antonio Prado (Campus de Bento Gonçalves).</p>
	<p>2009-2013</p>	<p>Implementar novos Pólos no Instituto Federal do Rio Grande do Sul.</p>

Difusão da Autarquia Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Tornar o Instituto Federal do Rio Grande do Sul amplamente difundido, conhecido como referência em educação profissional para a comunidade gaúcha é fundamental nesse primeiro período de sua existência. Neste sentido a política de marketing deve ser intensa e de qualidade nos primeiros anos, fortalecendo a Logomarca, divulgando o nome do Instituto. O planejamento e a eficiência na organização sistemática das ações, articulando-se o ensino, a pesquisa e a extensão são fundamentais. A visibilidade que se dá ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul e às denominações de Campus nas regiões específicas precisa ser considerada como prioridade. A viabilização de cursos, turmas em todas as modalidades e níveis de ensino estão relacionadas decisivamente à credibilidade que se impõe na sua constituição.

Ações de Divulgação do Instituto

- Fazer divulgação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul na mídia.
- Implantar Site Oficial do Instituto.
- Produzir vídeo institucional do Instituto Federal do Rio Grande do Sul
- *Elaborar folders.*
- *Fazer releases.*
- *Confeccionar Banners.*
- Implementar uma Revista Institucional.
- Estabelecer presença maciça nas entidades representativas de classe (Associações Comerciais, industriais, Conselhos Profissionais etc).
- Confeccionar materiais de divulgação publicitária.
- Promover divulgação através de articulação política.

POLÍTICAS DE ENSINO

A mais significativa referência de qualidade da atuação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul está pautada na qualidade de ensino oferecido. As políticas de Ensino, por essa razão precisam estar claras, adequadas à realidade de inserção do Instituto, fiel aos objetivos e finalidades da instituição e devem constar no Projeto Pedagógico Institucional.

A atuação do Instituto no que concerne às políticas de ensino se fundamenta na observância às necessidades e demandas regionais, atentando para a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, articulação com a pesquisa e extensão, sintonia com os setores da economia regional, conforme definidas sucintamente a seguir.

Essas políticas devem sedimentar a *verticalização do ensino*, abrindo espaço para o diálogo e a articulação entre os seus vários níveis e modalidades, desde a educação básica à superior, e considerar, ainda, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul atuará nas seguintes áreas: educação superior (cursos de tecnologia, cursos de licenciatura nas áreas de ciências e educação profissional; cursos de bacharelado em engenharia); pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*); educação básica (ensino médio e PROEJA); educação profissional de nível técnico, assim como Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores.

Ressalta-se igualmente que as bases filosóficas do processo de ensino-aprendizagem do Instituto deverão expressar-se através da relação dialógica e do incentivo à pesquisa, em todos os níveis e modalidades de ensino, deixando claro que o conceito de ensino-aprendizagem é aquele em que ensino e aprendizagem não são considerados como dois elementos isolados, mas como integrantes de um único processo.

Atuação do Instituto em Relação ao Nível e Modalidades de Ensino e Setores da Economia

A atuação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul no que se refere ao ensino deve contemplar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino, desde cursos de qualificação, formação inicial e continuada de trabalhadores, ensino médio, ensino técnico, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias, licenciaturas, cursos de especialização lato e stricto sensu, cursos presenciais, semi-presenciais, EAD, Proeja, desde que observada a vocação regional, as necessidades e demandas pesquisadas, conforme prevê o presente documento e o Projeto Pedagógico Institucional.

O Estatuto do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, o Plano de Metas e o PPI são marcos legais que sustentam a ação educativa e os propósitos de ensino para a região de abrangência de cada campus.

Atuação nos Diversos Setores da Economia

O diálogo da instituição de ensino com a sociedade é que vai permitir a identificação de necessidades e demandas locais, o reconhecimento da diversidade, enriquecem a ação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Para a prática eficiente dessa ação é preciso articulação com os agentes educativos e produtivos com definição de métodos para que o conhecimento que se produz possa contribuir com o crescimento econômico, social e cultural da sociedade.

Muito da qualidade da educação depende da ação da sociedade através de parcerias que colaboram com a prática educativa, seja através de visitas técnicas, estágios, pesquisa ou extensão, cuja eficiência e eficácia dependem da interação entre a instituição de ensino e os setores produtivos regionais.

O planejamento pedagógico deve levar em consideração a integração da sociedade, seja através da participação nos comitês, conselhos, grupos de pesquisa ou práticas pedagógicas.

Aspectos a Serem Considerados em Relação ao Ensino

A modernização do ensino e a concepção de referência regional, caracterizados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, independentemente da modalidade, nível de educação e da demanda social a que atendam, são considerações indispensáveis quando se busca a qualidade de educação. Assim sendo, há que se considerar alguns aspectos importantes que ratificam este princípio, como se seguem:

Ruptura com a dicotomia teoria e prática

Hoje, a educação tecnológica tem o compromisso de romper com a dualidade entre teoria e prática, dimensões indissociáveis para a educação integral, pois nenhuma atividade humana se realiza sem elaboração mental, sem uma teoria em que se referenciem, apesar de ser a prática o objetivo final de toda aprendizagem. O princípio educativo não admite a separação entre as funções intelectuais e as técnicas, e respalda uma concepção de formação profissional que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais.

A educação em todos os seus níveis e modalidades deve ser encarada como referencial permanente de formação geral, que encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento do ser humano, pautado por valores éticos, sociais e políticos, de maneira a preservar a sua dignidade e a desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores. A educação profissional e tecnológica pressupõe, portanto, uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla que permita o domínio de métodos analíticos e de múltiplos códigos e linguagens, para construir, por sua vez, base sólida para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos específicos.

Desenvolvimento de competências profissionais

Admitindo a pluralidade de significação, bem como a controvérsia no meio acadêmico em relação à noção de competência, a Instituto Federal do Rio Grande do Sul entende que tal conceito não se limita ao “saber fazer”, pois pressupõe acerto

no julgamento da pertinência da ação e no posicionamento, de forma autônoma, do indivíduo diante de uma situação.

No PDI a ação competente envolve atitude relacionada com a qualidade do trabalho, a ética do comportamento, a convivência participativa e solidária, a iniciativa, a criatividade, entre outros. E, assim sendo, por sua natureza e características, a educação profissional e tecnológica deve contemplar o desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional e a uma atuação responsável e ética de cada cidadão.

Nesta ótica, a adoção do conceito de competência amplia a responsabilidade do ensino, porque exige a adoção de métodos diferenciados de ensino e de novas formas de organização do trabalho acadêmico, que propiciem o desenvolvimento de capacidades para resolver problemas e integrem a vivência e a prática profissional.

Estas novas práticas profissionais devem apresentar uma interface com pelo menos:

incorporação dos saberes dos estudantes às práticas de ensino, como forma de reconhecimento de possibilidades diversas de soluções de problemas;

estímulo à criatividade, à autonomia intelectual e ao empreendedorismo;

valorização das inúmeras relações entre conteúdo e contexto, que se podem estabelecer;

integração de estudos de diferentes campos, como forma de romper com a segmentação e o fracionamento, entendendo que os conhecimentos se inter-relacionam

Flexibilidade Curricular

Fala-se muito hoje em interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Autores argumentam a necessidade de interrelacionar conhecimentos, técnicas de ensino, uma vez que a mente humana não está organizada em compartimentos. O conhecimento humano é sistêmico e integrado, É universal e consensual a constatação de estarem superados os modelos de ensino estruturados sob a ótica

de grades curriculares inflexíveis, estanques, caracterizadas pela fragmentação e hierarquização das disciplinas. A modernidade não comporta mais tais modelos que excluem alternativas pessoais e percursos acadêmicos diferenciados, que comportem diferentes itinerários formativos construídos pelo discente. Daí a necessidade de projetos curriculares flexíveis, capazes, inclusive, de permitir a mobilidade acadêmica, a ser implementada mediante a cooperação entre unidades dos Campi e /ou outros Centros de Excelência.

As necessidades de exercer uma atividade profissional hoje, também limitam a participação discente em todas as disciplinas dos cursos. A flexibilização curricular interessa aos discentes para que possam conciliar a atividade profissional e a construção individual de itinerários formativos obedecida a sua possibilidade de participação. Isso também evita a evasão e a reprovação, cuja eficiência também está inserida no Plano de Metas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Mobilidade

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul se articula no sentido de proporcionar, sempre que possível, socialização e trânsito nos seus diversos currículos. Para isso, considera-se que a mobilidade é uma possibilidade para troca de experiências acadêmicas e de integração aos diversos contextos e cenários, proporcionando uma visão mais abrangente de diferentes realidades. A mobilidade é prevista em dois planos, o interno (inter-campi) e o externo (inter-instituições nacionais e internacionais).

Nessa dimensão, a mobilidade interna é prioritária e deve ser assegurada por meio de diretrizes comuns do Instituto. Essa prática exige então, a organização curricular articulada entre os campi no Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Já a mobilidade externa deve ser buscada por um conjunto de ações, tais como: busca de programas de dupla diplomação, realização de estágios e/ou de trabalhos de conclusão de curso no País e no exterior, apoio a convênios multilaterais de estudos, pesquisa e desenvolvimento, envolvendo discentes e intercâmbio pedagógico, científico, técnico, tecnológico e cultural entre docentes, pesquisadores e das instituições conveniadas.

Articulação do Ensino com a Pesquisa e com a Extensão

O viés singular que viabiliza de forma concreta a qualidade da aprendizagem no Instituto Federal do Rio Grande do Sul está alicerçado na perfeita articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A extensão produz a necessidade, ou seja, o problema. Neste sentido, a pesquisa acadêmica permite desvendar as diversas áreas do conhecimento humano e constitui-se como parte inseparável do ensino, dando-lhe significação sempre renovada. As atividades extensionistas constituem práticas acadêmicas articuladas ao ensino e à pesquisa, que permitem estabelecer os vínculos entre as necessidades de soluções para problemas reais da comunidade local/regional e o conhecimento acadêmico.

No Instituto Federal do Rio Grande do Sul, considera-se que o contato com a comunidade constitui-se como espaço privilegiado para a socialização do conhecimento produzido na Instituição, assim como para a criação de novos conhecimentos que possam contribuir para o desenvolvimento social e deve ser, por estes motivos, preocupação fundamental de todos os cursos da Instituição.

Articular o ensino com a pesquisa e a extensão é compartilhar ações integradas que possam significar aprendizagem, e ao mesmo tempo a inserção da instituição no contexto social, proporcionando atendimento às necessidades expressas.

Estágio

O estágio é uma oportunidade oferecida aos discentes para que, em contato com o ambiente de trabalho, desenvolvam atividades profissionais cuja base de aprendizagem já foi sedimentada através da aplicação e integração de conhecimentos constantes no respectivo Plano Pedagógico de Curso.

O estágio, portanto, é uma atividade acadêmica e constitui-se do "ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho", cujo principal objetivo é "o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho" (Lei 11.788, Artigo 1º).

As atividades de estágio serão de caráter prático, pedagógico e de aprimoramento técnico e científico. Portanto, deve oportunizar a vivência de situações reais do cotidiano profissional. Também visa motivar o estudante a tomar iniciativas para a resolução de problemas na área profissional de sua formação e estimular a criação cultural. Outro objetivo dessa prática é promover o desenvolvimento do espírito e o pensamento reflexivo.

O estágio, conforme a Lei nº 11.788/08, poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

Quando obrigatórios, deverão estar especificados nos projetos de cursos, sendo, portanto, de caráter curricular. Sua carga horária será requisito mínimo para aprovação e obtenção do diploma. Já os estágios não obrigatórios serão considerados atividades opcionais, cujo somatório de horas deverá ser acrescido à carga horária regular.

A reitoria do instituto exerce papel importante na articulação com os campi para gerir e regulamentar todos os processos referentes a estágio, especialmente no que se refere a programa permanente de acompanhamento de estagiários, controle e arquivamento de documentação legal exigida para a realização de estágios. Além disso, há a necessidade de sistematização de cadastros de concedentes de estágio, através de convênios, contratos, parcerias e intercâmbios para atendimento a demanda de estagiários. Outra atividade prevista para a eficiência das práticas de estágio é a concessão de suporte administrativo de apoio, informações e orientação aos alunos estagiários, inclusive o conhecimento sistemático de toda a legislação que orienta estas atividades.

A partir do estágio, os campi deverão implementar, até o final de 2009, programas de acompanhamento de egressos, cujas informações, a partir da realização da atividade prática, darão suporte de conhecimento sobre a realidade do mundo do trabalho, fornecendo dados importantes ao setor pedagógico do campus, na sistematização de novos cursos e novas modalidades de ensino.

Ensino à Distância

O ensino à distância tem-se constituído uma tendência mundial, especialmente por que muito se tem estudado ultimamente em relação a essa modalidade de ensino nos programas de Pós-Graduação em educação e informática.

A princípio, é preciso se entender que a educação à distância (EAD) é uma modalidade de ensino muito importante para o acesso a uma educação de qualidade. Um dos grandes benefícios da Educação à Distância é a democratização do acesso à educação, proporcionando uma aprendizagem que denota autonomia ao aluno e é ligada à experiência, à promoção de um ensino inovador e de qualidade, incentivando a educação permanente. As condições de trabalho ou atividades pessoais muitas vezes impedem o acesso a cursos regulares presenciais e a modalidade à distância possibilita esse acesso, a todos os que necessitarem de estudos.

Com isso, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul se propõe a ser empreendedor na implantação da modalidade de Educação a Distância, nos diferentes níveis de ensino.

A implantação do núcleo de educação à distância tem por objetivo propiciar a formação profissional, em diversos níveis (formação inicial e continuada, técnico, tecnológico e pós-graduação) na modalidade de educação à distância, a fim de levar os cursos para as regiões distantes geograficamente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, representado pelos Campi, e para a periferia dos grandes centros/cidades do Estado do Rio Grande do Sul, incentivando os cidadãos a concluírem seus estudos e/ou se profissionalizarem.

Os cursos serão desenvolvidos pelos campi pertencentes ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul, nos quais os alunos matriculados receberão atendimento presencial da equipe de tutores que serão selecionados e capacitados para o desempenho dessa função. Os campi de Bento Gonçalves e Porto Alegre são instituições do Instituto Federal do Rio Grande do Sul que já atuam nessa modalidade de ensino e podem contribuir para a organização e incremento para outras áreas e cursos.

Os alunos realizarão também as atividades práticas laboratoriais nos campi em laboratórios disponibilizados por essa instituição, assim como os estágios obrigatórios. Para o estágio, serão realizadas parcerias com instituições privadas e públicas a fim de viabilizar o estágio previsto no curso.

Assim sendo, os cursos apresentados deverão atender para as demandas pela formação (nível) identificada nos municípios, visando atender aos arranjos produtivos sociais locais de modo a fortalecer o mercado local e regional, incentivando os cidadãos na retomada da formação educacional.

A metodologia de ensino do curso na modalidade a distância fará uso das novas tecnologias de informação e comunicação para garantir a interação professor/aluno e tutor/aluno. A infra-estrutura educacional organizada na instituição de ensino, presente no Núcleo de EAD, deverá ser complementada com a infraestrutura de tecnologia dos campi composta por laboratórios de informática com acesso à Internet, laboratórios didáticos, salas de videoconferência e espaços administrativos e de estudo que garantem ao aluno as condições necessárias para desenvolver as atividades acadêmicas do curso.

No Instituto, será de responsabilidade do Núcleo de Educação à Distância:

- Equipar os campi com os suportes tecnológicos (plataforma moodle, biblioteca virtual e laboratórios) necessários ao desenvolvimento dos cursos.
- Preparar a estrutura física dos campi para o desenvolvimento das aulas, como laboratórios e salas de estudo.
- Disponibilizar os recursos humanos necessários ao funcionamento dos cursos na modalidade a distância.
- Auxiliar no desenvolvimento do material didático-pedagógico específico para cada curso, considerando as especificidades da modalidade a distância.
- Coordenar o processo de implementação do curso.
- Disponibilizar o corpo docente com formação específica para desenvolver o Projeto.

- Administrar o orçamento.
- Avaliar as ações.

Políticas de Pesquisa Pós-graduação e Inovação

No Instituto Federal do Rio Grande do sul entende-se que a pesquisa na educação profissional deve estabelecer uma relação indissociável com o ensino e a extensão. O ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam acompanhando o princípio da verticalidade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade e a preservação do meio ambiente.

No Instituto Federal do Rio Grande do Sul a **Política de Pesquisa terá como princípios:**

- Estar sintonizada com o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Ter função estratégica perpassando todos os níveis de ensino;
- Desenvolver a pesquisa para atender as demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impacto nos arranjos produtivos locais e contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional;
- Estimular a pesquisa comprometida com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a sociedade;
- Desenvolver ações facilitadoras para a realização de pesquisas, em particular as que sejam multidisciplinares e atendam ao desenvolvimento regional, articuladas com as atividades de ensino e extensão;

- Criar comitês que assessorem a atuação dos pesquisadores no que se refere às questões de natureza ética em todas as áreas do conhecimento;
- Desenvolver ações facilitadoras para as atividades dos grupos de pesquisa do Instituto e atuação em redes institucionais e/ou interinstitucionais;
- Criar os programas de Iniciação Científica e Tecnológica;
- Estimular o intercambio de pesquisadores;
- Promover de Congressos Científicos;
- Criar um sistema de informações sobre oportunidades de fomento à pesquisa;
- Criar e estruturar núcleo de Inovação Tecnológica que propicie o estímulo ao desenvolvimento de produtos, processos tecnológicos e registro de patentes;
- Criar um programa de apoio à divulgação dos resultados de pesquisa;

A Política de Ensino de Pós-Graduação será baseada nos seguintes princípios

- Estar sintonizada com o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Formar recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- Formar profissionais para a pesquisa aplicada, para a inovação tecnológica, para a transferência de tecnologia para a sociedade e o exercício profissional especializado em estreita observação das demandas dos APL (Arranjos Produtivos Locais) e setores produtivos regionais;
- Criar programas de pós-graduação qualificados e mantendo a sua constante evolução;
- Intensificar ações que visem à integração entre a graduação e a pós-graduação;

- Criar o sistema de informações da pós-graduação integrado ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul;
- Criar programa de avaliação dos cursos de pós-graduação lato sensu;
- Intensificar ações que visem à integração entre os cursos de pós-graduação e a sociedade;
- Consolidar o sistema de divulgação de Monografias, Teses e Dissertações;
- Estimular a participação de professores visitantes e bolsistas de pós-doutorado junto aos cursos de pós-graduação;
- Desenvolver projetos institucionais e/ou interinstitucionais que levem à implantação de cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular os adequados às necessidades da região e os que promovam a integração de diferentes áreas do conhecimento;
- Criar cursos de pós-graduação lato sensu em particular os adequados às necessidades da região e os que promovam a integração de diferentes áreas do conhecimento, como forma de promover a educação continuada e impulsionar o surgimento de cursos de pós-graduação stricto sensu;
- Estabelecer parcerias com entidades públicas e/ou privadas para o atendimento de demandas localizadas e específicas;

A Política de Inovação terá como fundamentos

- A Transferência de tecnologia para a sociedade na forma de competências científicas e tecnológicas dos egressos e pesquisadores; assistência técnica e tecnológica a inventores independentes e setores produtivos; comercialização de bens intangíveis, devidamente protegidos no âmbito da propriedade intelectual;
- Desenvolvimento de inovações educacionais sociais e organizacionais, em parceria com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais;

- Contribuição à inovação tecnológica nas empresas pelo estabelecimento de parcerias de extensão tecnológica;

Segundo o Ministério da Educação (2008), cabe aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, enquanto fomentadores do diálogo dentro de seu território, provocar a atitude de curiosidade e diálogo com o mundo numa atitude própria de pesquisa. O ato de pesquisar, nos Institutos Federais, é ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade;

A iniciação científica na educação profissional deve constituir-se num processo de inserção do discente no mundo científico e propiciar-lhe contato com os fundamentos para a produção do conhecimento científico e tecnológico. Deve desenvolver no educando a apropriação dos fundamentos teórico-epistemológicos e metodológicos através da realização de pesquisas com base nos fundamentos apreendidos.

A iniciação científica visa instrumentalizar o discente com os princípios e fundamentos básicos da pesquisa. O resultado desta modalidade de pesquisa geralmente é expressa em monografias, trabalhos de conclusão de cursos e, em geral, é tema de divulgação em mostras, feiras, jornadas e em seminários.

A formação inicial do pesquisador contribui para a melhoria da qualidade científica brasileira, podendo gerar produções acadêmicas mais complexas e pesquisadores preparados para atuarem nas diversas áreas do conhecimento e dinamizarem o desenvolvimento tecnológico e científico do Brasil.

O exercício da pesquisa é capaz de promover a independência intelectual e contribui diretamente na formação de cidadãos capazes de construir conhecimento ao longo da vida.

Considerando a integração da pesquisa com o ensino, estratégias pedagógicas serão contempladas no currículo, permitindo aos discentes o envolvimento com métodos e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber.

As rápidas mudanças e atualizações na geração de novas tecnologias e processos proporcionam ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul ratificar a

importância de favorecer a formação continuada de profissionais pesquisadores docentes e técnicos através de cursos de capacitação e eventos para atualizações e divulgação de resultados de pesquisas.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul buscará apoiar e incentivar o desenvolvimento de pesquisas em todos os níveis, quais sejam: ensino médio/técnico, tecnológico, graduações e pós-graduações, através de programas e orçamentos próprios, de parcerias e convênios com instituições e órgãos de fomento à pesquisa.

As diversas ações, com o objetivo de incentivar e promover os programas e projetos de pesquisa, poderão ser desenvolvidas no âmbito de cada campus e pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, a partir da criação de um comitê de Incentivo à Pesquisa e Iniciação Científica do Instituto Federal do Rio Grande do Sul formado a partir da representação paritária de suas unidades constituintes.

Visando favorecer o desenvolvimento integrado de pesquisas científicas e fortalecer princípios da verticalidade e transdisciplinaridade torna-se relevante a definição de linhas de pesquisa por temas aglutinadores e abrangentes.

Os grupos de pesquisa poderão ser constituídos por pesquisadores docentes, técnicos e discentes. A composição de cada grupo poderá contemplar convidados de outras organizações locais, regionais e ou nacionais afins.

Programas, projetos e seus pesquisadores, encontram assim a possibilidade de formação de redes de conhecimentos que se constroem a partir de múltiplos olhares sobre uma temática.

A democratização da produção científica, tecnológica e cultural é uma forma de devolver à sociedade os investimentos aplicados. Meios de divulgação científica, tecnológica e cultural serão instituídos, notadamente através da criação de publicação periódica do Instituto, bem como o apoio a organização de eventos com esta finalidade, buscando a colaboração interinstitucional.

As bibliotecas dos campi possuem papel relevante no que tange ao suporte informacional que fundamentam as pesquisas, bem como na disseminação da produção intelectual do Instituto Federal do Rio Grande do Sul devendo contribuir

diretamente no processo de organização, recuperação e acesso a toda comunidade, seja no meio impresso ou eletrônico.

Consideram-se como produções intelectuais as modalidades: bibliográfica (relatórios de estágio, monografias, dissertações, artigos, livros) técnica (softwares, produtos, projetos, processos, trabalhos técnicos, propriedade intelectual) e a cultural (produções artísticas e afins).

Serão promovidas políticas de apoio ao desenvolvimento de eventos científicos internos, resultantes dos processos de Pesquisa e Iniciação Científica nos campi, culminando em evento científico periódico do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, previstos orçamentariamente.

Políticas de Extensão

A Extensão no Instituto Federal do Rio Grande do Sul é concebida como processo de natureza eminentemente educativa, cultural e técnico-científica, articulado ao ensino-aprendizagem e à pesquisa em todas as suas possibilidades e dimensões.

Os programas, projetos e ações da Extensão obedecerão às seguintes **diretrizes gerais:**

1. Articulação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa, entendida como processo de reflexão e de identificação de novos paradigmas (parâmetros) para a ação. Este trabalho de reflexão, de teorização e de análise empírica deverá ser permanente e auto-sustentado, como condição da criação de novas reflexões e de novas práticas, e no limite, renovadas relações entre comunidade acadêmica e sociedade.

Assim, a Extensão enquanto atividade-fim deverá aproximar e vincular as práticas pedagógicas das necessidades e interesses reais da comunidade regional na perspectiva interdisciplinar, especialmente como contribuição na aprendizagem.

2. Centrar como opção metodológica a interação entre comunidade acadêmica e o público-alvo da comunidade regional, abrangência alvo dos institutos federais.

Nesse sentido, leva-se em consideração que a Extensão visa implementar iniciativas de despertem interesses e envolvimento da comunidade acadêmica com a realidade social regional, envolver o público-alvo em todo o processo, desde o planejamento, execução e avaliação, garantir que os programas e projetos da Extensão privilegiem as finalidades do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, já definidos neste PDI, priorizar projetos e iniciativas de caráter continuado, objetivando ganhos qualitativos das práticas e experiências acumuladas.

As políticas de Extensão orientam-se pela razão de que os princípios das relações com a comunidade devam ser um trabalho acadêmico e social, que promovam a produção e a democratização do saber, o desenvolvimento e a organização da sociedade, a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e das responsabilidades do exercício da cidadania, viabilizando a inserção, o reconhecimento e valorização dos egressos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, no mundo do trabalho.

As políticas devem fomentar e acompanhar as atividades de extensão e relações com a sociedade, fortalecendo a interação entre o Instituto, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa.

A Pró-Reitoria de Extensão deve contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino, tendo como objetivos:

Buscar interação sistematizada dos Institutos Federais com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil.

Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.

Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos.

Incentivar os cursos de graduação a desenvolverem programas permanentes de extensão e a formação continuada.

Política de Recursos Humanos

A política de desenvolvimento de recursos humanos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul deve criar condições para o crescimento pessoal e profissional, proporcionando oportunidade de conhecimento, de desenvolvimento de habilidades e de competências, reafirmando o compromisso com a instituição e com a sociedade.

Os principais objetivos da política de recursos humanos deste Instituto a promoção de um plano permanente de formação de recursos humanos, o estabelecimento de um programa institucional de avaliação de desempenho nas diversas áreas de atuação do Instituto e a definição de um programa de desenvolvimento institucional de valorização pessoal e profissional.

A elaboração da política de recursos humanos do Instituto é pautada pela transparência e pela participação de cada campus.

Políticas de Administração

A Pró-Reitoria de Administração possui claramente o entendimento de que o objetivo final do Instituto Federal do Rio Grande do Sul só será atingido com um apoio técnico de excelência pela área meio.

O foco principal será a atenção aos projetos iniciais de solidificação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. O maior e principal desafio a ser percorrido será implantar em definitivo a Reitoria do Instituto Federal do Rio Grande do Sul em Bento Gonçalves RS. É preciso uma ação forte neste sentido para se ter um referencial de localização, visibilidade, conhecimento e entendimento pela região, comunidade gaúcha e sociedade brasileira de que os institutos federais estão planejados para se constituírem uma referência em educação, sob a ótica do atendimento a demandas específicas, a uma região determinada e a constituição de uma educação de qualidade, gratuita e em todos os níveis.

O planejamento sistemático será responsável pelo entendimento da grandiosidade do Projeto Instituto Federal. Também será preciso disseminar na

sociedade a necessidade de se conhecer a política da Educação Profissional e Tecnológica definida por essa nova modalidade de organização. Por isso a necessidade urgente do uso de toda a mídia e das atuações comunitárias, tanto na sede da Reitoria quanto nos Campi para que toda a região perceba o papel do IF do Rio Grande do Sul no contexto de desenvolvimento regional.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul foi criado a partir da integração inicial de duas autarquias e duas Escolas Vinculadas das mais diferentes regiões do Estado e das mais diferentes culturas, abrangência econômica e inserção comunitária. O desenho geográfico do Instituto Federal do Rio Grande do Sul é um pouco estranho, mas se constitui uma referência extremamente rica na sua diversidade.

Tanto a Escola Agrotécnica Federal de Sertão, quanto o CEFET Bento Gonçalves, muito embora de características próprias, comungam de uma base agropecuária, tanto em sua estrutura física e de recursos humanos, quanto na constituição de seus cursos e de seus alunos. Não específico apenas a essa área, o CEFET Bento Gonçalves se articulou com outras áreas de ação pedagógica, exatamente por estar inserido num contexto regional que demanda avançar para outras áreas de atuação, como serviços, novas tecnologias e uma realidade urbana que conclama por formação diversa em função de sua constituição humana.

As escolas vinculadas, por outro lado, consagraram-se, tanto em Porto Alegre quanto em Rio Grande, como excelência na formação de recursos humanos na área de serviços e na área industrial, respectivamente. Sob a responsabilidade e finalidades dos institutos federais, passam a se organizarem agora, juntamente com os campi de Caxias do Sul, Canoas, Erechim, Osório, Porto Alegre e Restinga (POA) para uma diversidade maior, em perfeita sintonia com os anseios regionais, definidos em estudos de demanda.

Nesse contexto organizacional, as Autarquias e as Escola Vinculadas possuíam organogramas totalmente diversos, tanto no que se refere a definição de funções quanto ao que prescreve as atribuições e vínculos A Pró-Reitoria de Administração juntamente com a Reitoria, tem a missão de aplicar o princípio jurídico de “igualar os desiguais” para a partir disso dinamizar a estruturação dos seus cargos e funções, à luz da legislação vigente, prevendo a uniformidade de valoração de sua estrutura organizacional. .

O resultado final deste planejamento e reestruturação terá sido frutífero quando reconhecidamente a qualidade de formação e a contribuição para o desenvolvimento da região forem detectados e ratificados pela comunidade.

Política de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais (PNEs)

O Instituto Federal do Rio Grande é uma referência nacional no que se refere às políticas de atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais, especialmente pela estrutura humana e física que se concentra no campus de Bento Gonçalves, onde está localizada a sede da reitoria do Instituto Federal.

Em geral, os Campi que compõem o Instituto, ao longo de sua história não vivenciaram de maneira efetiva a inclusão de Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais. Sempre houve o despreparo dos profissionais, a falta de adaptação de sua estrutura física ou mesmo pelo desestímulo que os candidatos PNEs sentiam quando participantes do processo seletivo para os cursos oferecidos.

A realidade vivida, no entanto, permite dizer que a inclusão das PNEs não é uma preocupação de um grupo isolado, mas do próprio sistema educacional brasileiro estabelece como prioridade o atendimento a essa demanda específica.. Esta necessidade parece estar, em muitos casos, tanto relacionada à própria convivência que os profissionais têm tido com estas pessoas ou com programas específicos quanto por uma modificação social do conceito de inclusão de PNEs que vem ocorrendo de forma acentuada nos últimos anos, em todo o mundo.

É importante lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado através da Lei Nº. 8.069/90, em seu artigo 53, afirma que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” O estatuto ainda faz referência a temas de relevância, tais como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o direito de ser respeitado por seus educadores e o direito de acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A legislação que faz referência à Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, compreende um conjunto de orientações normativas que objetivavam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais destas pessoas.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul, entendendo a responsabilidade que tem diante das novas políticas de atendimento e inclusão dos PNEs, considera essencial a criação e/ou manutenção dos NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em cada campus. O PDI, documento em elaboração, prevê apoio a essa parcela de discentes que, precisam de uma atenção especial, tanto no que se refere a inclusão escolar, como no fornecimento de apoio à capacitação de recursos humanos e estrutura física para atendimento a essa necessidade educacional.

GESTÃO INSTITUCIONAL

A Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 criou o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, a partir das Escolas Agrotécnicas e as Escolas Vinculadas que o compõem. Essas instituições, a partir de então, como campi do Instituto Federal obrigaram-se a se adequar ao novo ente autárquico conforme determina a legislação. Houve muitos debates, discussões e estudos em grupos de trabalho, tanto na reitoria quanto nos campi. Por força desta nova estrutura, estabeleceu-se um organograma para a reitoria e para os campi. No entanto, como ainda está em estudo para definição junto ao Conselho de Reitores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e posterior homologação pelo Ministério da Educação, a composição a seguir desenhada, poderá sofrer ajustes e apresentar um desenho final diferente do que se estabelece abaixo.

Organograma da Reitoria

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – denominado neste documento como **Instituto Federal do**

Rio Grande do Sul, instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul é equiparado às universidades federais.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul, estrutura descentralizada pluricurricular e *multicampi*, tem os seguintes domicílios:

- I. Reitoria;
- II. Campus Bento Gonçalves;
- III. Campus Canoas;
- IV. Campus Caxias do Sul;
- V. Campus Erechim;
- VI. Campus Osório;
- VII. Campus Porto Alegre;
- VIII. Campus Restinga;
- IX. Campus Rio Grande;
- X. Campus Sertão.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul possui limite de atuação territorial para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscrito ao Estado do Rio Grande do Sul, aplicando-se, no caso da oferta de ensino a distância, legislação específica.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul rege-se pelos atos normativos mencionados no *caput* do Art. 1º do seu Estatuto, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

Estatuto;

Regimento Geral;

Resoluções do Conselho Superior;

Atos da Reitoria.

A organização geral do Instituto Federal do Rio Grande do Sul compreende:

- COLEGIADOS
- Conselho Superior;
- Colégio de Dirigentes;
- REITORIA
- Gabinete;
- Pró-Reitorias;
- Diretorias Sistêmicas;
- Auditoria Interna.
- *CAMPI*, que para fins da legislação educacional, são considerados Sedes.

O detalhamento da estrutura organizacional do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos respectivos dirigentes serão estabelecidas no seu Regimento Geral.

O regimento geral poderá dispor sobre a estruturação e funcionamento de outros órgãos colegiados que tratem de temas específicos vinculados à reitoria e às pró-reitorias.

As questões de interesse multicampi (ensino, pesquisa, extensão, registros escolares, TI, EAD, processo seletivo e outros) poderão ser discutidas por grupos organizados denominados no Instituto Federal do Rio Grande do Sul de Comitês. Estes Comitês deverão ter suas ações regulamentadas por estatuto e/ou regimento próprio, aprovado pelo Conselho Superior.

Organograma dos Campi

Os *Campi* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul são administrados por Diretores-Gerais e têm seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral.

Os Diretores-Gerais são escolhidos e nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº. 11.892/2008, para mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

A organização geral dos *Campi* compreende:

I. Diretor-Geral do *Campus*

II. Conselho do *Campus*

III. Diretorias

IV. Outros órgãos definidos no Regimento Geral do Instituto ou no Regimento do Campus.

O Conselho do *Campus* é integrado:

I. pelo Diretor do *Campus*, como seu presidente, com voto de qualidade, além do voto comum;

II. pela representação discente do *Campus*, eleita por seus pares, de acordo com o Regimento Interno do *Campus*;

III. pela representação docente do *Campus*, eleita por seus pares, de acordo com o Regimento Interno do *Campus*;

IV. pela representação dos servidores técnico-administrativos, eleita por seus pares, de acordo com o Regimento Interno do *Campus*;

Parágrafo único - Outros membros poderão integrar o Conselho do *Campus*, nos termos do Regimento Interno do *Campus*.

Conselho Superior

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, tendo a seguinte composição:

O Reitor, como presidente;

01 (um) representante dos servidores docentes de cada *campus*, eleito por seus pares, na forma regimental;

01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos de cada *campus*, eleito por seus pares, na forma regimental;

01 (um) representante discente de cada *campus*, eleito por seus pares, na forma regimental;

01 (um) representante dos egressos;

03 (três) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um) indicado por entidades patronais, 01 (um) indicado por entidades dos trabalhadores, 01 (um) representante do setor público e/ou empresas estatais;

01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

Todos os diretores-gerais de *campi* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul;

Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV e V serão designados por ato do Reitor.

Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o membro nato, de que trata o inciso I.

Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

Na hipótese prevista no § 3º do Estatuto do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Compete ao Conselho Superior:

- aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e zelar pela execução de sua política educacional;
- aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e dos Diretores-Gerais dos *Campi*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- aprovar, por pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros, a outorga de distinções;
- apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFRS;

- autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* no âmbito do IFRS, bem como o registro de diplomas desses cursos;
- aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFRS, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação;
- elaborar seu Regimento Interno;
- aprovar emendas ao Estatuto e ao Regimento Geral do IFRS, por pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros, em sessão especialmente convocada para este fim;
- apreciar, no âmbito de sua competência, propostas e resoluções oriundas dos demais colegiados;
- aprovar as normas disciplinadoras quanto ao dimensionamento, à lotação, ao ingresso, ao regime de trabalho, à progressão funcional, à avaliação e à qualificação dos servidores do IFRS;
- aprovar o regimento interno, dos colegiados e dos *campi* que compõem o IFRS;
- atuar como instancia máxima no âmbito do Instituto.

Do Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

- . o Reitor, como presidente;
- . os Pró-Reitores; e
- . os Diretores-Gerais dos *Campi*.

O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

- apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- propor a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal do Rio Grande do Sul;
- apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- apreciar os assuntos de interesse da administração do IFRS a ele submetido.

GESTÃO DE PESSOAS

Organização da Gestão Pessoal

Em toda Instituição o resultado só é atingido através da atuação humana. As pessoas são os agentes do desenvolvimento e, em nosso Instituto, não pode ser diferente. Nenhuma ação seria possível se a Instituto não tivesse um corpo funcional qualificado eficaz e eficiente dando o suporte necessário para o desenvolvimento que a Educação Tecnológica necessita.

No ano de 2008, com a criação dos Institutos, através da Lei 11892, de 29 de dezembro de 2008, o Governo Federal reconheceu a importância da renovação da força de trabalho e autorizou concurso público para a contratação de pessoal tanto para atender a Reitoria quanto para os campi, além é claro de toda expansão da Rede Federal.

Também através da mesma Lei foi ampliada a estrutura de cargos do Ministério da Educação para atender a demanda dos Institutos e da Expansão.

Planos de Carreira e programas de capacitação

As ações que visem à capacitação de servidores fazem parte do planejamento de cada campus. Os programas de capacitação de servidores deverão estar expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional de todos os campi . O objetivo é garantir a implementação de programa de capacitação dos TAE's e a contínua discussão em cada campus, bem como proporcionar a oferta de programas de qualificação, Pós-Graduação em nível de lato sensu e stricto sensu (mestrado e doutorado) para a contínua qualificação do corpo docente, especialmente de maneira a prepará-lo para as novas demandas oriundas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

O Instituto se propõe a incentivar para que cada campus implante programas de capacitação, de qualificação dentro do processo de formação continuada para todos os servidores.

Carreira Docente

Os Docentes no ano de 2008 obtiveram um avanço em sua estrutura de carreira, a Lei nº 11.784/08 modificou a antiga carreira de Professor de Ensino de 1º. e 2º. Graus para Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Esta nova carreira veio ao encontro das novas necessidades e conquistas com a criação do Instituto Federal, pois agora os professores podem e devem lecionar para as graduações e pós-graduações sem nenhum impedimento legal.

Carreira Técnicos Administrativos em Educação (TAE)

Os Técnicos Administrativos em Educação são regidos pela Lei 11.091/2005, que reestruturou o antigo PUCRCE, plano esse que já não atendia mais as necessidades dos servidores. Atualmente a Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008 reestrutura várias carreiras, incluindo docentes e TAEs.

Da mesma forma que os professores qualificados retornam seus conhecimentos aos discentes, os TAEs trazem retorno tanto a área fim como a área meio, afinal de contas todos os servidores do Instituto são educadores por excelência.

DADOS GERAIS DE SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Abaixo segue a demonstração da força de trabalho do Instituto Federal do Rio Grande do Sul:

Número de professores do Quadro Efetivo -

Unidade	GRAD.	ESP.	MEST.	DOUT.	PÓS-D.	TOTAL
Reitoria	00	01	02	02	00	05
Bento Gonçalves	02	15	46	14	01	78
Erechim	00	01	02	00	00	03
Porto Alegre	13	26	25	11	01	76
Rio Grande	02	09	24	12	00	47
Sertão	01	14	21	05	00	41
Caxias	Em fase de implantação					
Canoas	Em fase de implantação					
Osório	Em fase de implantação					
Restinga	Em fase de implantação					
TOTAL	18	66	120	44	02	250

Número de TAEs do Quadro Efetivo -

Unidade	APOIO	MÉDIO	SUPERIOR	TOTAL
Reitoria	01	01	01	03
Bento Gonçalves	11	71	29	111
Erechim	01	02	00	03
Porto Alegre	02	18	12	32
Rio Grande	01	06	07	14
Sertão	26	38	13	77
Canoas	Em fase de implantação			
Caxias	Em fase de implantação			
Osório	Em fase de implantação			
Restinga (POA)	Em fase de implantação			
TOTAL	42	136	62	240

Previsão de Expansão do Quadro Funcional até 2013 – totais por ano

Unidade	2009		2010		2011		2012		2013	
	Prof.	TAE's	Prof.	TAE's	Prof.	TAE's	Prof.	TAE's	Prof.	TAE's
Reitoria	5	3	5	3	5	3	5	3	5	3
Bento Gonçalves	78	111	97	125	100	138	108	138	110	138
Canoas	00	00	30	25	60	50	60	50	60	50
Caxias	00	00	30	25	60	40	60	40	60	40
Erechim	25	22	32	40	50	40	60	40	60	40
Osório	00	00	30	18	60	40	60	40	80	50
Porto Alegre	91	37	109	43	124	50	135	60	145	70
Restinga (POA)	00	00	30	20	60	40	60	40	60	40
Rio Grande	70	22	77	42	87	62	90	70	100	70
Sertão	57	99	60	105	70	110	80	120	80	120
TOTAL	326	294	500	446	676	573	718	601	760	621

Programas de Saúde

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul acompanha o planejamento dos seus campi no que se refere a programas de saúde a serem implementados em cada unidade. Cada campus deverá garantir a existência de recursos específicos para a promoção da saúde dos servidores e seus dependentes, implementando políticas que garantam amplo acesso dos servidores e seus dependentes à assistência à saúde.

O campus deve também empreender ações no sentido de viabilizar a liberdade do servidor quanto à aplicação dos recursos destinados a sua assistência à saúde.

Políticas de Atendimento aos discentes

Programas Específicos Para Fomentar o Empreendedorismo nos Alunos

A perfeita e constante articulação com a sociedade é fundamental para que se desenvolva na instituição de ensino, o espírito empreendedor. Políticas de integração, também relacionadas com a pesquisa envolvendo alunos permitem despertar para a inovação. Este propósito deve estar contemplado no Projeto Pedagógico dos cursos.

Para o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, o empreendedorismo é um objetivo a ser perseguido em todos os níveis de ensino, fortalecendo ações das cooperativas-escola, das agências articuladoras, das incubadoras tecnológicas e ampliando o acesso dos discentes aos órgãos de fomento ao ensino e à pesquisa. As atividades referidas se constituem complemento de formação dos alunos e a criação de hábito da pesquisa e iniciação científica, tão necessárias na prática profissional, tanto em nível técnico quanto tecnológico.

Regulamento Disciplinar

Cada campus deverá contemplar em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Político Institucional os regulamentos disciplinares. Esta legislação deve conter uma estrutura mínima, que poderá ser unificada para todos os campi, mas que, obedecida a legislação vigente, deverá permitir a construção de regras e normatizações específicas, fundamentais para o bom funcionamento de cada Instituição. Deve também prever a construção de regulamentos disciplinares diferentes para cada nível de ensino e para cada campus, em função da especificidade de cada um, especialmente em função da existência ou não em cada instituição, do sistema de Casa do Estudante, com regime de internato.

Atendimento à Saúde Discente

A saúde física e mental dos discentes é condição para a formação de qualidade e a participação ativa no processo de aprendizagem. Para isso, cada campus deverá efetivar programas visando ao atendimento à saúde dos alunos contemplando: serviço médico, serviço de enfermagem, serviço odontológico, serviço psicológico, saúde preventiva, seguro, programas de esclarecimento e de apoio aos alunos, através de palestras, seminários, feiras, dentre outros eventos. Essas ações deverão estar expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional de cada campus.

Representação Estudantil

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul tem priorizado em seu quadro de objetivos metas a valorização da participação discente. Por isso almeja, estimular no meio estudantil, políticas de lideranças garantindo a ampla representação estudantil a partir da constituição e fortalecimento de Grêmios Estudantis e de Diretórios Acadêmicos, Centros Cívicos, dentre outras entidades, organizados de forma autônoma através de iniciativas do corpo discente. Deve-se também garantir a participação destas representações nos processos decisórios afetos aos campi.

Acompanhamento de Egressos

Uma das ações que normatiza e direciona as ações da reitoria e dos campi do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, é o princípio da uniformidade. O programa de acompanhamento de egressos é uma prática que permite instrumentalizar o setor pedagógico dos campi e, por consequência do próprio Instituto, com dados sobre egressos. Esses dados vão contribuir para a implementação segura de novos cursos, redimensionamento pedagógico, pesquisa de demandas, além do conhecimento real sobre o mercado de trabalho. Para isso, será instituído ainda em 2009 um Programa que proporcionará de forma organizada e segura o encaminhamento de formulários, a coleta de dados e a sistematização de resultados a serviço do campus e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. O Programa é único e visa compilar dados uniformes que atendam ao planejamento dos campi, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão.

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

A organização acadêmica do Instituto Federal do Rio Grande do Sul está estruturada em Instrumentos Normativos do Instituto e Instrumentos Normativos dos Campi. Esta organização leva em consideração a abrangência do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, as especificidades de cada um de seus campi, a diversidade dos arranjos produtivos locais e os princípios de autonomia didático-pedagógica, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar.

São considerados instrumentos normativos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul:

- Estatuto do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.
- Regimento Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.
- Resoluções do Conselho Superior.
- Atos da Reitoria.
- Instrumentos de Planejamento: PDI, PPI.

São considerados instrumentos normativos dos campi diretamente subordinado aos instrumentos normativos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul:

Regimento Interno do Campus: o documento interno de cada campi deve conter no mínimo: Organograma do campus e suas atribuições, Definição dos Conselhos e suas atribuições, Definição das comissões permanentes e suas atribuições, Direitos e Deveres dos Técnico-Administrativos e Docentes e Normas de Afastamento.

Regulamento Disciplinar do Corpo Discente: Documento específico que trata dos direitos e deveres dos alunos e que está subordinado ao Regimento Interno do Campus.

Organização Didático-Pedagógica: Documento subordinado ao Regimento Interno do Campus e que organiza a atividade pedagógica, devendo atender as políticas e diretrizes de ensino, pesquisa e extensão do Instituto. A organização

didática deve conter informações comuns, uniformizando alguns procedimentos fundamentais entre todos os processos de ensino da Instituição. Por outro lado, deve permitir que as especificidades de cada campus possam ser contempladas, identificadas em cada projeto de curso.

Projeto de Curso: Documento que deve contemplar as especificidades de cada curso, conforme normas legais vigentes.

Projeto Pedagógico do Curso: documento que estabelece as políticas de atuação do Instituto respeitando as peculiaridades de cada curso e a legislação vigente.

OFERTA DE CURSOS ATUAIS E PLANO DE EXPANSÃO

CAMPUS BENTO GONÇALVES

NÚMERO DE VAGAS

CURSO	NIVEL	MODAL	2009	2009	2010	2010	2011	2011	2012	2012	2013	2013
			1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Enologia	TECNICO	CONC	30		30		30		30		30	
Enologia	TECNICO	SUBS			30		30		30		30	
Agricultura	TECNICO	CONC	30									
Agricultura	TECNICO	SUBS										
Zootecnia	TECNICO	CONC	30									
Agropecuaria	TECNICO	INTEG			60		60		60		60	
Agropecuaria	TECNICO	SUBS	30		30		30		30		30	
Administração	TECNICO	SUBS	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Info Internet	TECNICO	SUBS	30									
Info Internet	TECNICO	INTEG	30		30		30		30		30	
Cozinha	TECNICO	SUBS			60		60		60		60	
Eventos	TECNICO	SUBS			30		30		30		30	
Serviços Bar Rest	TECNICO	SUBS			30		30		30		30	
Guiamento	TECNICO	INTEG			30		30		30		30	
A Definir	TECNICO	INTEG					60		60		60	
Comercio	TECNICO	PROEJA	35		35		35		35		35	
Serviços Bar Rest	TECNICO	PROEJA			60		60		60		60	
A Definir	TECNICO	PROEJA					35		35		35	
Info	TECNICO	EAD	100		50		50		50		50	
Info Feliz	TECNICO	EAD			50		50		50		50	
Info S.Francisco	TECNICO	EAD	30		50		50		50		50	

Info S. Borja	TECNICO	E TEC		50		50		50		50		50
Info Alegrete	TECNICO	E TEC		50		50		50		50		50
Info S. Maria	TECNICO	E TEC		50		50		50		50		50
Viti Enologia	SUPERIOR	TECNOL	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Alimentos	SUPERIOR	TECNOL	30		30		30		30		30	
Horticultura	SUPERIOR	TECNOL	30		30		30		30		30	
Logistica	SUPERIOR	TECNOL	35		35		35		35		35	
A Definir	SUPERIOR	TECNOL			30		30		30		30	
A Definir	SUPERIOR	BAC/ENG							30		30	
Matematica	SUPERIOR	LICENC	35		35		35		35		35	
Fisica	SUPERIOR	LICENC	35		35		35		35		35	
Formação Profes	SUPERIOR	LICENC	30		35		35		35		35	
Outras A Definir	SUPERIOR	LICENC			35		35		35		35	
Viticultura	POS	ESP	20				20				20	
Enologia	POS	ESP			20				20			
Vitivinicultura	POS	MEST							10		10	
A Definir	POS	MEST							10		10	
SOMA VAGAS ANUAIS				830		1130		1225		1275		1275

CAMPUS CAXIAS

NÚMERO DE VAGAS

CURSO	NÍVEL	MODAL	2009		2010		2011		2012		2013	
			I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
<i>Plástico</i>	Téc	Integrado				30	30		30		30	
<i>Química</i>	Téc	Integrado				30	30		30		30	
<i>Mecânica</i>	Téc	Integrado				30	30		30		30	
<i>Comércio</i>	Téc-ProEJA	Integrado				40	40		40		40	
<i>Química</i>	Téc	Sub				30	30		30		30	
<i>Cozinha</i>	Téc	Sub				30	30		30		30	
<i>Metalurgia</i>	Superior	Tecnólogo				30	30	30	30	30	30	30
<i>Logística</i>	Superior	Tecnólogo				40	40		40		40	
<i>Matemática</i>	Superior	Licenciatura					40		40		40	
<i>Química</i>	Superior	Licenciatura					40		40		40	
TOTAL						260	340	30	340	30	340	30

CAMPUS ERECHIM

NÚMERO DE VAGAS

CURSO	NÍVEL	MODAL	2009		2010		2011		2012		2013	
			I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
<i>Agroindústria</i>	Técnicos	subseqüente	-	64	64	64	64	64	64	64	64	64
<i>Agroindústria</i>	Técnicos	integrado	-	-	-	-	32	32	32	32	32	32
<i>Mecânica</i>	Técnicos	subseqüente	-	64	64	64	64	64	64	64	64	64
<i>Mecânica</i>	Técnicos	integrado	-	-	-	-	32	32	32	32	32	32
<i>Vestuário</i>	Técnicos	subseqüente	-	64	64	64	64	64	64	64	64	64
<i>Vestuário</i>	Técnicos	integrado	-	-	-	-	32	32	32	32	32	32
<i>Comercio</i>	Técnicos	subseqüente	-	-	64	64	64	64	64	64	64	64
<i>Comércio</i>	Técnicos	integrado	-	-	-	-	32	32	32	32	32	32
<i>Informática</i>	Superior	Tecnologia	-	-	32	32	32	32	32	32	32	32
<i>Mecânica</i>	Superior	Tecnologia	-	-	-	-	32	32	32	32	32	32
<i>Alimentos</i>	Superior	Tecnologia	-	-	-	-	32	32	32	32	32	32
<i>Vestuário</i>	Superior	Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	32	32	32
<i>Eletromecânica</i>	Superior	Engenharia	-	-	-	-	-	-	32	32	32	32
<i>A definir</i>	Superior	Licenciatura	-	-	-	32	32	32	32	32	32	32
<i>A definir</i>	Superior	Licenciatura	-	-	-	-	32	32	32	32	32	32
<i>A definir</i>	Técnicos Projeção	integrado	-	-	-	32	32	32	32	32	32	32
<i>Costura industrial</i>	Projeção	integrado	-	-	32	32	32	32	32	32	32	32
<i>Informática</i>	Projeção	integrado	-	-	32	32	32	32	32	32	32	32
<i>Processamento de alimentos</i>	Projeção	integrado	-	-	32	32	32	32	32	32	32	32
TOTAL			-	192	384	448	672	672	704	736	736	736

CAMPUS DE SERTÃO

NÚMERO DE MATRÍCULAS – acumuladas

CURSO	NÍVEL	MODAL	2009		2010		2011		2012		2013	
			I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
<i>Agropecuária</i>	Téc	Conc	214	214	112	112	-	-	-	-	-	-
Agropecuária	Téc	Int	120	120	240	240	390	390	390	390	390	390
Agropecuária (1 ano)	Téc	Sub	24	24	30	30	30	30	30	30	30	30
<i>Informática (1,5 ano)</i>	Téc	Sub	-	-	30	30	60	60	60	60	60	60
<i>Agroindústria (1,5 ano)</i>	Téc	Sub	-	-	30	30	60	60	60	60	60	60
Informática (4 anos)	TécProeja	Int	05	05	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Agroindústria(4 anos)</i>	TécProeja	Int	13	13	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Comércio (3 anos)</i>	TécProeja	Int	-	-	30	30	60	60	60	60	60	60
<i>Reprodução Animal</i>	Téc	EADSub	-	-	-	-	30	30	60	60	60	60
<i>Tecnologia em Agronegócio</i>	Superior	Tecnól.	83	113	143	173	177	180	180	180	180	180
<i>Tecnologia em Meio Ambiente</i>	Superior	Tecnól.	-	-	30	30	60	60	90	90	120	120
Agronomia	Superior	Bacharel	-	-	30	30	60	60	90	90	120	120
Zootecnia	Superior	Bacharel	-	-	-	30	60	60	90	90	120	120
Ciências Agrárias	Superior	Licenc.	-	-	-	30	30	60	60	90	90	120
Formação Pedagógica	Superior	Licenc.	-	-	-	30	30	30	30	30	30	30
TOTAL			459	489	675	795	1047	1080	1200	1230	1320	1350

CAMPUS DE RIO GRANDE

NÚMERO DE MATRÍCULAS – acumuladas

CURSO	NÍVEL	MODAL	2009		2010		2011		2012		2013	
			I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Eletrotécnica	Téc	Int	105	105	148	148	178	178	180		180	200
Refrigeração e Ar Condicionado	Téc	Int.	76	76	111	111	131	131	135		135	150
Instrumentação (início 2010)	Téc	Int.			36	36	69	69	100		135	150
Geomática	Téc	Int.	61	61	90	90	112	112	120		120	120
Desenvolvimento de Software	Téc	Int	74	74	100	100	100	100	110		120	120
Projetos e Instalações Elétricas	Téc	Sub	171	171	160	160	180	180	180		180	200
Refrigeração e Ar Condicionado	Téc	Sub	147	147	160	160	180	180	180		180	200
Instrumentação (início 2010)	Téc	Sub			80	80	130	130	150		180	200
Geomática	Téc	Sub	43	43	65	65	65	65	70		80	100
Enfermagem	Téc	Sub	37	37	45	45	50	50	50		50	50
Sistemas para Internet/Intranets	Téc	sub	40	40	25	25	0	0	0			
Refrigeração e Ar Condicionado	TécProeja	Int	98	98	150	150	180	180	180		180	200
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior	Tecnológica	80		150	150	200	200	200		200	200
Refrigeração e Climatização	Superior	Tecnológica	32		94	94	150	150	150		150	150
Eficiência Energética em Edificações	Superior	Tecnológica	34		82	82	130	130	130		130	130
Formação de Professores (início 2010)	Superior	Licenciatura			60	60	60	60	60		60	60
Médio	Médio		20	20	10	10	0	0				
TOTAL			1018		1566	1566	1915	1915	1995		2080	2230

CAMPUS CANOAS

NÚMERO DE VAGAS

CURSO	NÍVEL	MODAL	2009		2010		2011		2012		2013	
					I	II	I	II	I	II	I	II
<i>Informática</i>	Téc	Int.			36	36	36	36	36	36	36	36
<i>Eletrônica</i>	Téc	Int.			36	36	36	36	36	36	36	36
<i>Informática</i>	Téc	Sub.			36							
<i>Eletrônica</i>	Téc	Sub.			36							
<i>Administração</i>	TécProeja	Int.(ProE JA)			36	36	36	36	36	36	36	36
<i>Análise e Desenvolvimento de Sistemas</i>	CST				36	36	36	36	36	36	36	36
<i>Logística</i>	CST	<i>Int</i>			36	36	36	36	36	36	36	36
<i>Matemática</i>	Lic.				36	36	36	36	36	36	36	36
TOTAL					288	216	216	216	216	216	216	216

CAMPUS DE PORTO ALEGRE

NÚMERO DE VAGAS

CURSO	NÍVEL	MODAL	2009		2010		2011		2012		2013	
			I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Administração	Téc	Sub	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Biblioteconomia	Téc	Sub	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
<i>Biotecnologia</i>	Téc	Sub	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
<i>Contabilidade</i>	Téc	Sub	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Informática	Téc	Sub	70	0	70	0	70	0	70	0	70	0
Meio Ambiente	Téc	Sub	0	20	0	20	0	20	0	20	0	20
Química	Téc	Sub	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Redes de Computadores	Téc	Sub	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
Secretariado	Téc	Sub	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
<i>Segurança do Trabalho</i>	Téc	sub	0	35	0	35	0	35	0	35	0	35
<i>Transações Imobiliárias</i>	Téc	sub	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
PROEJA	Téc	conc	0	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Panificação (*Expansão)	Téc	sub	-	-	25	25	25	25	25	25	25	25
Licenciatura em Ciências Biológicas (*Expansão)	Sup.	Licenc.	-	-	25	25	25	25	25	25	25	25
Licenciatura em Química (*Expansão)	Sup.	Licenc.	-	-	25	25	25	25	25	25	25	25
<i>Superior de Tecnologia em Sistemas para WEB (*Expansão)</i>	Sup.	Tecnol.	-	-	35	35	35	35	35	35	35	35
<i>Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais (*Expansão)</i>	Sup.	Tecnol.	-	-	35	35	35	35	35	35	35	35
TOTAL			310	290	460	410	460	410	460	410	460	410

CAMPUS RESTINGA

NÚMERO DE VAGAS

CURSO	NÍVEL	MODAL	2009		2010		2011		2012		2013	
			I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Informática	médio	Técnico Integrado	-	-	-	-	64	-	64	-	64	-
Informática	médio	Técnico Subseqüente	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-
Eletrônica	médio	Técnico Integrado	-	-	-	-	64	-	64	-	64	-
Eletrônica	médio	Técnico Subsequente	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-
Turismo	médio	Técnico Integrado	-	-	-	-	64	-	64	-	64	-
Turismo	médio	Técnico Subsequente	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-
Telecomunicações	médio	Técnico Integrado	-	-	-	-	64	-	64	-	64	-
Telecomunicações	médio	Técnico Subsequente	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-
Edificações	médio	Técnico Integrado	-	-	-	-	-	-	64	-	64	-
<i>Turismo</i>	médio	PROEJA - Técnico Integrado	-	-	-	-	40	-	40	-	40	-
<i>Comércio</i>	médio	PROEJA - Técnico Integrado	-	-	-	-	40	-	40	-	40	-
<i>Licenciatura</i>	superior	Licenciatura	-	-	-	-	40	-	40	-	40	-
TOTAL			-	-	-	128	376	-	440	-	440	-

CAMPUS OSÓRIO

NÚMERO DE VAGAS

CURSO	NÍVEL	MODAL	2009		2010		2011		2012		2013	
			I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Informática	médio	Técnico Integrado	-	-	-	32	32	-	32	-	32	-
Informática	médio	Técnico Subseqüente	-	-	-	32	32	-	32	-	-	-
Turismo	médio	Técnico Integrado	-	-	-	32	32	-	32	-	32	-
Turismo	médio	Técnico Subsequente	-	-	-	32	32	-	32	-	-	-
Edificações	médio	Técnico Integrado	-	-	-	32	32	-	32	-	32	-
<i>Turismo</i>	médio	PROEJA - Técnico Integrado	-	-	-	40	40	-	40	-	40	-
<i>Administração</i>	médio	PROEJA - Técnico Integrado	-	-	-	40	40	-	40	-	40	-
<i>Licenciatura</i>	Superior	Licenciatura	-	-	-	40	40	-	40	-	40	-
<i>Alimentos</i>	Superior	Tecnologia	-	-	-	-	-	-	40	-	40	-
<i>Administração</i>	médio	Técnico Integrado	-	-	-	32	32	-	32	-	32	-
TOTAL						312	312	-	352	-	288	-

Infra-Estrutura

Informações de áreas físicas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul recebeu todo o patrimônio das Antigas Escolas Agrotécnicas e Escolas Vinculadas. Demonstrativo da atual Estrutura Física:

AMBIENTE	BENTO G.		ERECHIM		PORTO ALEGRE		RIO GRANDE		SERTÃO	
	Nº.	Área (m ²)	Nº.	Área (m ²)	Nº.	Área (m ²)	Nº.	Área (m ²)	Nº.	Área (m ²)
Salas de aula	32	1.600	09	576	25	2000	17	655	20	1.448
Laboratórios	22	7.306	20	1.382,5	39	3000	29	1330	05	509
Biblioteca	02	257	01(a construir)	195,48	01	200	-	-	01	482
Auditórios	01	232,06	01 (a construir)	262,25	02	400	01	79	01	354
Poli-esportivos	01	1159,60	01(a construir)	a definir	-	-	-	-	01	1000
Administrativos	10	286,40	14	288,05	20	1000	01	1135	01	673
Unidades Didáticas	13	707,85	04			-	-	-	25	7.068
Atendimento ao aluno*	07	389,62	02	102,50		-	-	-	07	3.126
Unidade Urbana	2		01	-	1	-	1-	-	-	-
Serviços Gerais	07	-	01 a construir	-	01	50	03	84	-	-
Calorímetro	-	-	-	-	-	-	01	236	-	-
Banda	-	-	-	-	-	-	01	107	01	-
Academia	1	336,30								
Outros ambientes			-		-	-	-	-	53	9.792
Área total construída (m²)		12.274,83		3.989,65		6650		3626		24.452
Área total da Instituição- ha		96,8		2,06		0,9		1,85		236,40

* refeitório, cozinha, alojamento, sala de TV, sala de estudos, enfermaria, consultórios médico e odontológico, etc

EXPANSÃO PREVISTA

Novos Campi

Campus de Ibirubá

A Escola Agrotécnica Federal de Sertão (EAFS) mantém com muito êxito, a extensão de Ibirubá, parceria entre a EAFS e a comunidade de Ibirubá RS. No ano letivo de 2009, estão em plena atividade escolar cinco turmas com mais de 140 alunos: Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática e Técnico em Eletromecânica, nas modalidades concomitante e subsequente, administradas pela FUNDIBETEC, fundação que gerencia as atividades e setores e coordenadas pedagogicamente pela EAFS.

Observadas as potencialidades, necessidades e possibilidades que caracterizam a região de abrangência da Escola Técnica Alto Jacuí e importância dessa instituição poder manter suas atividades, inclusive com expansão na sua capacidade de ampliação de matrículas para atendimento da demanda regional, estamos oferecendo dados importantes a serem observados e que justificam investimentos e, é claro, a federalização da Escola tornando-a Unidade de Ensino Descentralizada do Instituto Federal de Sertão. O Termo de Compromisso formal e intencional foi assinado no dia 07 de junho de 2009, em Ibirubá.

Justificativas

- Considerando que:
- a Escola Técnica Alto Jacuí foi contemplada com recursos do PROEP-MEC, convênio 198/99, para infra-estrutura, equipamentos e mobiliário totalmente aplicados de acordo com o projeto, a prestação de contas aprovadas pelo PROEP/MEC/BID;
- a Escola Técnica Alto Jacuí, mantida pela FUNDIBETEC- Fundação Ibirubense de Educação e Tecnologia, inaugurada em julho de 2002,

está em pleno funcionamento com os cursos técnicos: Agropecuária, Eletromecânica e Informática;

- a escola mantém convênios para estágios nas áreas de Agropecuária e Indústria em 45 empresas agropecuárias, agroindustriais e industriais em todo Brasil e Exterior, além disso, a escola possui parcerias com empresas agroindustriais e elétricas para complementação curricular no curso de eletromecânica;
- a escola oferece cursos de formação continuada para os trabalhadores nas áreas de sua atuação e oferece infra-estrutura de alojamento(capacidade de 150 vagas) e alimentação(capacidade para 300 pessoas) para os alunos;
- a escola tem uma privilegiada infra-estrutura, contemplando áreas externas: aves, ovinos, bovinos, suínos, peixes, abelhas, minhocas, lavouras, hortifrutigranjeiros, viveiro de mudas, ornamentais, frutíferas, nativas, entre outros, e na interna: laboratórios de processamento de leite, agroindústria, filetagem de peixes, marcenaria, laboratório de sementes, sanidade animal, microbiologia, informática, mecânica, elétrica, eletrônica, amplo espaço para biblioteca, sala multimeios com capacidade de 180 pessoas sentadas, 14 salas de aula, entre outros;
- a escola conta com uma área de terra significativa: 03 hectares nas edificações e módulo esportivo pertencentes a Prefeitura Municipal de Ibirubá; 93,4 hectares com lavouras, pastagens, tanque para peixes e reservas florestais, 04 residências, galpões agropecuários, pertencente ao Ministério da Agricultura (hoje essas áreas são cedidas em comodato para a FUNDIBETEC);
- a demanda existente para ingresso nessas turmas foi expressiva e não houve possibilidade de atendimento de imediato. Há uma demanda reprimida que reivindica ingresso no ensino profissional na região;

- os municípios de abrangência da escola distam em média entre vinte e sessenta quilômetros, favorecendo o acesso à referida escola;
- os concluintes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na região, ultrapassam em 1.000% o número de matriculados na escola;
- há possibilidades claras e seguras de novos cursos na área de saúde, segurança e comércio, e incremento de matrículas (Eletromecânica, Informática, Gestão Empresarial e Agroindústria e outros conforme, demandas já identificadas) conforme quadro de demanda de matrícula futura;
- a demanda regional abrange cerca de 60 municípios – 100 km da região Alto Jacuí, Alto Botucaraí, Amzop;
- a inexistência na região de outras instituições de ensino técnico e total inexistência de rede federal.
- a inserção imediata dos formandos no mercado de trabalho, cuja prática se verifica hoje. Não se atende às necessidades e solicitações de trabalho na região em detrimento do número de formandos/ano;
- a qualidade de formação desenvolvida e em sintonia com perfil desejado pelo mercado de trabalho. Há estreita relação entre os conhecimentos desenvolvidos na escola e parcerias com as empresas locais;
- a exigência da força produtiva regional cobrando formação técnica incessantemente;
- a proposição em epigrafe está de conformidade com o plano de expansão do ensino profissional proposto pelo MEC;
- há a possibilidade real de abertura de turmas em cursos de todas as modalidades, inclusive FIC e PROEJA;

- há formalizadas solicitações à EAFS de abertura de novas extensões em municípios da região (Campos Borges, Entre Ijuís) inviáveis por parte da EAFS, no momento, mas que justificam a federalização da escola de Ibirubá para atender também a essa demanda regional através da UNED de Ibirubá.

A Infra-estrutura existente é muito significativa

- 14 salas de aula com capacidade para 30 alunos cada.
- Refeitório e alojamento para 150 alunos internos.
- Laboratórios de eletromecânica, agroindústria, sementes, microbiologia, sanidade animal e outros.
- Salas do setor administrativo completas.
- Informática interligada com Internet via Embratel, inclusive em setores administrativos.
- Padaria completa.
- Agroindústria – processamento de leite, carnes e verduras.
- Área em edificações – mais de 3600 m²
- Área de terra:
- Com construções – 3 hectares pertencentes ao município.
- Outros setores – 93,4 hectares pertencente ao Ministério da Agricultura.
- Módulo esportivo – quadras esportivas, pista oficial, arquibancadas, vestiários, secretaria, quadra poliesportiva coberta pertencentes ao Município.
- Acesso asfáltico até a escola
- A ETAJ está distante da sede 3 Km apenas.
- O transporte escolar das prefeituras da região para a escola está organizado e tem o apoio de todas as prefeituras da região;

- tanto o município de Ibirubá/ RS, a fundação FUNDIBETEC que administra a ETAJ manifestaram com segurança a doação de todos os bens existentes, incluindo-se área para experimentos, construções e instalações, ao governo federal como proposta de federalização da instituição.
- as possibilidades de expansão de matrículas, abertura de novos cursos e atendimento a necessidades regionais de mercado de trabalho são expressivas e significativas. O patrimônio existente possibilita a abertura imediata de mais de 300 matrículas, tanto em função das condições da escola (capacidade para mais de 1000 alunos, inclusive parte em regime de internato) como em função da demanda regional.
- certamente, trata-se de uma proposta de expansão dificilmente superada por outras regiões no RS e cujo teor detalhado de sua estrutura já é do conhecimento do Ministério da Educação, mediante documentos já encaminhados à SETEC/MEC e em anexo.

Observadas as potencialidades, necessidades e possibilidades que caracterizam a região de abrangência da Escola Técnica Alto Jacuí e importância dessa instituição poder manter suas atividades, inclusive com expansão na sua capacidade de ampliação de matrículas para atendimento da demanda regional, está-se oferecendo dados importantes a serem observados e que justificam investimentos e, é claro, a federalização da ETAJ, tornando-a um **Núcleo Avançado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.**

Perfil socioeconômico da região

Ibirubá conta com uma população de 19.145 habitantes. Numa área física de 625,4 Km², formada basicamente por descendentes de alemães, italianos e lusos, predominando as religiões católica e protestante.

No início do povoamento, a sede da colônia foi denominada Barão de São Jacob, e pouco tempo deram o nome de General Osório. Para evitar confusões com o município de Osório, em 1938 mudou-se nome para General Câmara. Esse nome foi novamente motivo de confusões com outro município. Na visita dos

membros do IBGE ao Município, foi sugerido o nome de Ibirubá, que em Tupi-Guarani significa Pitangueira do Mato, pois esta é uma árvore persistente que está sempre em crescimento, tal qual o município.

Ibirubá possui mais de 80 indústrias, dentre as quais a maioria dirigida à produção de máquinas, implementos e peças agrícolas, como plantadeiras de plantio direto, plataformas e peças de colheitadeiras, semeadeiras, automotores e classificadores, que atendem ao mercado nacional e do MERCOSUL.

A Região do Alto Jacuí apresenta solo, clima, e topografia adequados à produção agropecuária. A estrutura fundiária evidencia a predominância da pequena propriedade com 92,46% delas tendo área inferior a 50 há. Os produtores do setor, contam com longa experiência de trabalho e uma vontade inerente de produzir.

Existe toda uma estrutura Regional de apoio à agricultura e a pecuária, que garante a disponibilização dos insumos necessários à implantação dos projetos.

Programas de financiamentos como o PROGER RURAL, PRONAF, PRORENDA e o FUNDOPEN RURAL disponibilizam recursos, para implementação das lavouras e demais atividades da área.

A produção Regional é diversificada, produzindo-se leite, suínos, frutas, peixes, hortigranjeiros, além das culturas tradicionais como soja, trigo e milho. O que implica na existência de matéria prima em quantidade e qualidade necessária à agroindústria.

Soja: Representa 66,32% do Valor Bruto Produzido da lavoura da região, apresentando uma produtividade média de 2,25 ton./ha;

Trigo e milho: Constituem 15,89% e 9,80% do VBP da lavoura da região, registrando-se produtividade média superior, a exemplo da cultura do Soja, em relação ao restante da região Noroeste;

Produção leiteira: Na produção de leite apresenta uma média de 11,3 leite/vaca/dia, acima da média do estado (10) e que se mantém em constante crescimento.

A instalação de duas indústrias de processamento de leite, CCGL (Cruz Alta) e NESTLÉ (Carazinho), aumentam a capacidade de produção e o incentivo dos produtores na região.

Em contrapartida, a descapitalização dos produtores determinou conseqüências em nível de esgotamento do solo e inviabilização de novos investimentos para a diversificação da produção. Este processo de diminuição do poder econômico dos produtores se deve a falta de uma política agrícola para o setor, que torna imprevisível o resultado econômico da atividade e em especial a insuficiência de capacidade gerencial e administrativa dos mesmos, além da inexistência de cultura associativista em algumas sub-regiões.

Faz-se necessário incrementar e modernizar tecnologicamente deste setor, capacitando técnica e gerencialmente os agentes deste complexo, no sentido de readequar a atual matriz produtiva, implementar uma agricultura sustentável que requer uma nova concepção sobre o uso do solo e dos recursos naturais, fortalecimento da agricultura familiar, e do estudo de novas formas de organização, com base no cooperativismo e associativismo.

Produção industrial: Na área de indústria, o município de Ibirubá possui um potencial de crescimento muito grande, sendo que as perspectivas de expansão para 2009 superam 100%. Isso representa o aumento das necessidades de mão de obra qualificada. Veja abaixo o número de empresas com maior potencial, número de empregados e as perspectivas de expansão para o próximo ano e planejamento para daqui a 5 anos.

Campus da Feliz

O Núcleo Avançado da Feliz já tem seu processo de federalização encaminhado oficialmente. Os cursos e turmas que se realizam na Feliz estão sendo coordenados e estruturados pelo Campus Bento Gonçalves. No entanto, é uma estrutura que se desenha para atendimento de uma demanda regional extremamente significativa e se justifica como instituição federal.

A Região do Vale do Rio Caí é composta por 20 (vinte) municípios com uma população estimada em 170(cento e setenta) mil habitantes. O Núcleo Avançado da Feliz localiza-se a 90km da capital Porto Alegre, e tem como características a produção do setor oleiro-cerâmico, indústrias de pequeno, médio e grande, além das atividades agrícolas em larga escala.

A agricultura é caracterizada pela pequena propriedade familiar, sendo os produtos hortifrutigranjeiros, citrus, silvicultura e flores os maiores expoentes da região. Todos os setores da economia regional apresentam a necessidade de profissionais qualificados para auxiliar na produção de novas tecnologias que venham proporcionar o desenvolvimento sustentável de toda região.

O prédio no qual a unidade será instalada é resultado de uma preocupação com os impactos ambientais advindos das atividades econômicas da sociedade moderna. Diante das constatações e das pesquisas apresentadas diariamente pelos meios de comunicação relativos ao aquecimento global, a Unidade de Feliz foi construída atendendo aspectos arquitetônicos que priorizam o emprego de materiais e técnicas regionais com menor impacto ambiental otimizando parâmetros de conforto ambiental, através de medidas construtivas e do desenho arquitetônico, que visam à iluminação natural, captação e aproveitamento de água da chuva, reflorestamento com espécies florais nativas (de ordem ornamental, produtiva e educativa), além de atenção e respeito na interface com o Rio Caí.

Neste sentido, todos estes aspectos servirão como ferramenta pedagógica para todos os cursos. As edificações foram pensadas, projetadas e construídas como um organismo vivo que interage e molda-se ao meio ambiente.

O seu aspecto humanista será essencialmente definido pela formação crítica e social do cidadão inserindo-o positivamente no mundo do trabalho local contribuindo para a sua realização pessoal e a inserção produtiva com a comunidade.

O Projeto do Núcleo Avançado surgiu como uma proposta da Fundação de Educação Profissional do Vale do Rio Caí, e aprovado pelo PROEP/FNDE/MEC. O convênio de nº 843011/2005, foi assinado em 29 de julho de 2005, publicado no Diário Oficial da União, em 24 de agosto de 2005.

Em maio de 2008 foi federalizado e inaugurado o núcleo da Feliz, iniciando suas atividades no segundo semestre letivo daquele ano. Foi ofertado inicialmente 60 vagas de Técnico em Administração na modalidade Subseqüente. Atualmente o núcleo conta com aproximadamente 90 educandos. A instituição projeta, a partir da complementação do seu quadro de servidores, ampliar suas áreas de atuação, contribuindo ainda mais com os arranjos produtivos locais da região do Vale do Rio Caí.

Ampliação dos Atuais Campi

Campus Bento Gonçalves

O Campus de Bento Gonçalves está inserido no contexto de expansão previsto pelo MEC e também ao Plano de Metas que está sendo discutido por todos os institutos federais. Nesse sentido, há um planejamento que está sendo montado, contemplado também no PDI da instituição, tanto em termos de expansão em recursos humanos, técnicos, infra-estrutura e também de cursos, matrículas, ações na área de pesquisa e extensão.

No que se refere à estrutura física, estão previstas reformas e ampliações físicas, tais como, construção de prédios para laboratórios e para salas de aula. Para 2010, está prevista a reforma do prédio da Cantina, com recursos na ordem de R\$ 1.800.000,00, visando à implementação de novos cursos. Está sendo proposto um projeto de construção da nova casa do estudante. Está sendo encaminhado projeto para construção de novo almoxarifado para o Campus

Bento Gonçalves, ainda em 2009. Há uma atenção especial em investimentos na área de recursos humanos, recursos tecnológicos, capacitação de servidores, cursos, turmas e matrículas que serão especificados no PDI do Campus e também contemplados no plano de metas para a instituição.

O plano de expansão defendido pela instituição diz respeito ao atendimento de demandas específicas da região. São ações ou programas que são desenvolvidas junto à comunidade regional que se revestem de caráter social, como IMAMA, NUDEC e NAPNE.

Para contribuir com a qualificação dos trabalhadores, o Campus está ofertando cursos de Formação Inicial e Continuada, tanto para jovens e adultos, quanto para atendimento de demandas específicas da comunidade regional.

Campus Porto Alegre

O Campus Porto Alegre prevê, a partir da doação de área física pelo município de Porto Alegre, a construção de prédio novo, infra-estrutura, equipamentos para a nova sede do campus, com o processo iniciando em 2010. Além disso, ampliação do quadro de recursos humanos, acervo bibliográfico, recursos tecnológicos, que independem de uma nova estrutura física, uma vez que o Campus está instalado em prédio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem, no presente documento, a sistematização clara do plano de expansão com oferta de cursos e vagas para o período de 2009-2013.

O plano de expansão estará especificado no PDI da instituição e também é fiel ao plano de metas discutido e aprovado para todos os institutos federais.

Há necessidade também de investimentos em capacitação de servidores, pesquisa e extensão.

Campus Rio Grande

A vinculação do Campus de Rio Grande com a FURG de maneira harmônica permite que o prédio onde hoje se realizam as atividades seja ampliado e sua expansão ocorra de acordo com o planejamento estabelecido. Há

a expectativa de que toda a estrutura física do campus-cidade da FURG seja destinada ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande.

As previsões de expansão se referem às reformas de prédios e laboratórios. O orçamento financeiro prevê aproximadamente R\$ 800.000,00 para 2009 e R\$ 500.000,00 por ano até 2013. Com relação à ampliação está prevista a construção de um ginásio de esportes no valor de R\$ 1.000.000,00 para 2010 e R\$ 1.000.000,00 para 2011.

Outros investimentos previstos se referem à qualificação de recursos humanos, especialmente na organização de projetos relacionados com cursos de Pós-Graduação, *latu senso* e *strictu senso*.

Campus Sertão

O Campus Sertão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul propõe um plano de expansão tanto em termos de incremento de cursos, turmas e matrículas, quanto em termos de expansão física, infra-estrutura e equipamentos.

O crescimento previsto está relacionado com o plano de metas, que está sendo definido em todos os Institutos Federais. O Plano de Desenvolvimento Institucional do Campus Sertão que será elaborado no segundo semestre de 2009, contemplará em detalhes o plano de expansão.

Plano de expansão: matrículas, equipamentos, obras, acervo bibliográfico, recursos tecnológicos e recursos humanos conforme descrito em quadro específico no presente PDI. Adequação e ampliação dos laboratórios é uma necessidade que prevê ações imediatas, especialmente com relação à reestruturação do laboratório de física, de informática, além de laboratoristas e professores.

Há nove Unidades Educativas de Produção no Campus e, ainda há setores que não estão contempladas com o acesso à internet, recurso tão necessário para a realização das atividades pedagógicas.

Outras necessidades estão relacionadas à informatização dos setores da biblioteca escolar, registros escolares, patrimônio, almoxarifado e setor de atendimento ao educando.

A instituição está organizando um Plano Diretor que organiza as atividades e os investimentos necessários. Com relação a isso, destaca-se a reforma de antigo restaurante, conclusão da reforma do prédio do laboratório de solos, criação de laboratório de fitossanidade vegetal, reforma do ginásio de esportes, construção de um prédio para salas de aula para os cursos superiores, auditório, além de construção de um novo centro administrativo para a instituição.

Outros investimentos programados estão relacionados com construção de laboratório de reprodução animal. Nesse sentido, também abertura de cursos em EAD, em nível de Pós-Graduação *latu senso*. Para concretização dessas atividades, há necessidade de investimentos para transferência de embriões em bovinos e ajustes na estrutura para reprodução de ovinos.

Para o laboratório de bromatologia, há a necessidade ainda de recursos humanos.

Em função de que o Campus atua com oferta de casa do estudante para mais de 350 alunos, e em função da localização do campus – área rural - há a necessidade de ampliação do refeitório, em função de que hoje, são oferecidas aproximadamente 1500 refeições/dia.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul está organizando cursos de capacitação para servidores. O Campus Sertão também está contemplado com metas nessa área, inclusive com planejamento para cursos de Pós-Graduação, *stricto senso*, nas modalidades Minter e Dinter, tanto para técnicos administrativos quanto para docentes.

O plano de metas do Campus também prevê investimentos e fomento na área de pesquisa e extensão, cultura ainda muito tímida na instituição.

Há o comprometimento da instituição no incremento de cursos e matrículas em todos os níveis e modalidades de ensino, além da atenção especial aos arranjos produtivos locais e demandas sociais e culturais da região de inserção do Campus, para se manter fiel aos objetivos e finalidades que criou os institutos federais.

INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA

Apresentamos o atual acervo bibliográfico do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e a previsão de expansão por área de conhecimento

Campus	Área de Conhecimento	2009		2010		2011		2012		2013	
		Tít	Ex.	Tít	Ex.	Tít	Ex.	Tít	Ex.	Tít	Ex.
Sertão	Ciências exatas e da terra	518	1012	720	1250	900	1500	1000	1600	1000	1600
	Ciências Biológicas	453	906	500	1000	600	1100	650	1200	650	1200
	Engenharias	121	166	200	300	300	400	350	450	350	450
	Ciências da Saúde	129	149	160	200	200	250	250	300	250	300
	Ciências Agrárias	855	1463	950	1600	1000	1700	1100	1800	1100	1800
	Ciências Sociais Aplicadas	903	1710	1000	1800	1050	1850	1100	1900	1100	1900
	Ciências Humanas	322	443	350	500	400	600	500	700	500	700
	Lingüística, Letras	202	268	250	300	300	400	350	500	350	500
Porto Alegre	Ciências exatas e da terra	734	1124	500	1500	300	900	300	900	300	900
	Ciências Biológicas	393	393	300	900	200	600	200	600	200	600
	Engenharias	189	189	150	450	100	300	100	300	100	300
	Ciências da Saúde	-	-	100	200	100	300	100	300	100	300
	Ciências Sociais Aplicadas	794	794	300	900	200	600	200	600	200	600

	Ciências Humanas	-	-	100	300	50	150	50	150	50	150
	Lingüística, Letras	2512	2512	100	300	50	150	50	150	50	150

Infra-estrutura Acadêmica

Apresentamos o atual acervo bibliográfico do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e a previsão de expansão por área de conhecimento

Acervo Bibliográfico atual		
Campus	TÍTULOS	EXEMPLARES
Bento Gonçalves	8.350	11.825
Porto Alegre	4.622	5.012
Rio Grande	3.122	4.065
Sertão	3.503	6.117
Canoas	Em fase de implantação	Em fase de implantação
Caxias	Em fase de implantação	Em fase de implantação
Erechim	Em fase de implantação	Em fase de implantação
Osório	Em fase de implantação	Em fase de implantação
Restinga (POA)	Em fase de implantação	Em fase de implantação

Os investimentos em aquisição de acervo bibliográfico será prioridade no Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Há a necessidade de que cada Campus destine anualmente recursos para aquisição de livros de acordo com a expansão previstas também no presente documento.

A definição dos recursos e da quantidade de obras a serem adquiridas serão definidas especificamente por área no Plano de Desenvolvimento Institucional de cada campus.

Recursos Tecnológicos

Recursos tecnológicos disponíveis e a expansão prevista para o Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Campus	Equipamentos	2009	2010	2011	2012	2013
		Nº. Equip	Nº. Equip	Nº. Equip	Nº. Equip	Nº. Equip
Bento	Microcomputadores	274	300	300	350	400
	Projeter Multimídia	52	60	70	80	80
	Impressoras	55	70	80	90	100
	Pontos de Acesso a Rede	193	220	250	300	350
Porto Alegre	Microcomputadores	388	100	100	200	220
	Projeter Multimídia	22	10	5	5	5
	Impressoras	23	30	15	10	10
	Pontos de Acesso a Rede	528	628	728	828	950
Rio Grande	Microcomputadores	300	330	360	390	420
	Projeter Multimídia	15	17	20	24	30
	Impressoras	30	34	40	45	50
	Pontos de Acesso a Rede	345	390	420	470	520
Sertão	Microcomputadores	280	360	430	500	550
	Projeter Multimídia	28	36	45	50	55
	Impressoras	36	51	61	66	70
	Pontos de Acesso a Rede	253	313	373	433	450
Canoas	Em fase de implantação					
Caxias	Em fase de implantação					
Erechim	Em fase de implantação					
Osório	Em fase de implantação					
Restinga	Em fase de implantação					

ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Gestão Econômica Financeira

Como o Instituto Federal do Rio Grande do Sul foi criado somente no ano de 2008, os créditos orçamentários só estarão previstos no Orçamento Geral da União de 2009. Portanto, não há como relatar uma série histórica dos créditos para o Instituto.

Previsão de Investimentos

As finalidades e objetivos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul remetem a desafios ousados no que se refere à expansão do ensino profissional. Nesse sentido, há a necessidade de investimentos em recursos humanos, mas também financeiros. O plano de metas também perpassa o orçamento e de outras fontes de recursos para realização do plano de expansão previsto no presente PDI.

No período em questão, pretendemos aplicar os recursos de investimento conforme segue:

Campus	Modalidade Investi.	2009	2010	2011	2012	2013
Reitoria	Obras (R\$)	-	1.500.000	1.000.000	800.000	800.000
	Equipamentos (R\$)	600.000	600.000	400.000	400.000	400.000
	Total (R\$)	600.000	2.100.000	1.400.000	1.200.000	1.200.000
Bento Gonçalves	Obras (R\$)	200.000	1.220.000	242.000	266.000	292.000
	Equipamentos (R\$)	163.000	980.000	200.000	220.000	242.000
	Total (R\$)	363.000	2.200.000	442.000	486.000	534.000
Porto Alegre	Obras (R\$)	200.000	15.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
	Equipamentos (R\$)	3.200.000	4.000.000	4.000.000	2.000.000	2.000.000
	Total (R\$)	3.400.000	19.000.000	6.000.000	4.000.000	4.000.000
Rio Grande	Obras	1.000.000	1.000.000	-	-	-
	Equipamentos (R\$)	800.000	500.000	500.000	500.000	500.000
	Total (R\$)	1.800.000	1.500.000	500.000	500.000	500.000
Sertão	Obras (R\$)	800.000	1.000.000	1.000.000	750.000	750.000
	Equipamentos (R\$)	500.000	800.000	800.000	400.000	400.000
	Total	1.300.000	1.800.000	1.800.000	1.150.000	1.150.000
Canoas	Obras (R\$)	3.900.000	1.500.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	Equipamentos (R\$)	1.500.000	1.500.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	Total	5.400.000	3.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Caxias	Obras (R\$)	5.000.000	2.500.000	1.500.000	1.000.000	1.000.000
	Equipamentos (R\$)	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.000.000	1.000.000
	Total	6.500.000	4.000.000	3.000.000	2.000.000	2.000.000
Osório	Obras (R\$)	3.654.000	1.500.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	Equipamentos (R\$)	1.500.000	1.500.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	Total	5.154.000	3.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Restinga	Obras (R\$)	4.000.000	1.500.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	Equipamentos (R\$)	1.500.000	1.500.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	Total	5.500.000	3.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Erechim	Obras (R\$)	1.860.000	2.800.000	1.500.000	-	3.000.000
	Equipamentos (R\$)	1.500.000	800.000	400.000	1.000.000	2.000.000
	Total	3.360.000	3.600.000	1.900.000	1.000.000	5.000.000

Origem, planejamento e aplicação de recursos

Fontes de Recursos

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul é gerenciado através de fontes de recursos para financiamento de suas atividades, a saber:

Tesouro: Créditos orçamentários consignado no Orçamento Geral da União (OGU) para atender despesas de folha de pessoal, benefícios, investimentos e o custeio básico da Instituição.

Próprios: Recursos Diretamente arrecadados na Instituição provenientes de atividades exercidas ou produtos produzidos.

Convênios: Recursos descentralizados através de convenio com o Governo Federal, Estadual e Municipal.

Forma de Rateio dos Recursos

De acordo com a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, todos os campi do Instituto possuem o orçamento consignado por Unidade Gestora, de acordo com a matriz orçamentária adotada pelo MEC. Desta forma a distribuição orçamentária de alocados no Orçamento Geral da União, contempla todas as unidades sob critérios técnicos definidos na matriz.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul adotará a política da isonomia e equidade na divisão dos recursos extra-orçamentários descentralizados aos campi. Os campi possuirão autonomia para definir os projetos em que pretendem aplicar os recursos extra-orçamentários.

Controle Financeiro Para Utilização dos Recursos

O controle financeiro do Instituto Federal do Rio Grande do Sul se dá através do planejamento de aplicação de recursos, compatibilizados com a execução no sistema SIAFI.

INSTRUMENTOS DE CONTROLE E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Instrumentos avaliação e controle internos

Avaliação Institucional

É de fundamental importância a constituição de uma Comissão Própria de Avaliação, especialmente para acompanhar o cumprimento de objetivos, metas e programas estabelecidos pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, também relacionados com o PPI e PDI.

A Avaliação Institucional é competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme estabelece a legislação vigente..

A composição da CPA, os instrumentos avaliativos e sua metodologia deverão se constituir objeto de estudo conjuntamente com os campi, com a participação da comunidade acadêmica, para a elaboração de sua sistemática de aplicação, obedecendo-se a uma uniformidade que garanta a existência de parâmetros de comparação e ações que tornam mais forte a unidade de ação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Destacam-se assim, os objetivos da Avaliação

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no Instituto.
- Manter um processo contínuo de avaliação institucional.
- Gerar informações para redirecionar as ações da Instituição, norteado pela gestão democrática e autônoma.
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

- Consolidar o compromisso social da Instituição.
- Consolidar o compromisso científico-cultural no Instituto Federal do Rio Grande do Sul..

Ouvidoria

A Ouvidoria será criada no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, até 2013, necessitando para tanto, designação de servidor para atender as demandas da sociedade.

A ouvidoria terá função de estabelecer elos entre a Instituição e o Cidadão, possibilitando o livre direito à opinião dos serviços prestados pela Instituição, resguardando a sua identidade com vistas à melhoria constante da qualidade e eficiência do Instituto.

A Ouvidoria terá como atribuições:

- Receber as informações relativas a eventuais desvios na adequada prestação de serviços do Instituto Federal do Rio Grande do Sul; apurar a sua fundamentação e buscar solução, caso necessário, garantindo o direito de resposta ao contribuinte.
- Coletar, analisar e interpretar dados necessários ao processamento das informações recebidas.
- Acompanhar - até a solução final - as informações (denúncias, reclamações, sugestões, opiniões, perguntas ou elogios) consideradas pertinentes.
- Manter-se informado sobre a atuação da Reitoria e dos campi.
- Propor ao Reitor a adoção de providências, visando melhorar o desempenho da Instituição e de seus servidores.
- Registrar e repassar, a quem de direito, as informações recebidas dos clientes.

Auditoria Interna

Para a organização administrativa e de controle de suas metas e ações, o IF do Rio Grande do Sul precisa assumir a responsabilidade de instalação e funcionamento efetivo da Auditoria Interna. A instalação da Auditoria Interna é uma determinação prevista no Decreto 3.591/2000, conforme segue:

Art. 14. As entidades da Administração Pública Federal indireta deverão organizar a respectiva unidade de auditoria interna, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

Através da Instrução normativa nº 01/2001, o Secretário Federal de Controle Interno Disciplinou as atribuições da auditoria interna como segue:

As atividades específicas são as seguintes:

- a) acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da entidade, visando comprovar a conformidade de sua execução;
- b) assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- c) verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;
- d) verificar o desempenho da gestão da entidade, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;
- e) orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;
- f) examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais.
- g) propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;
- h) acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU;
- i) comunicar, tempestivamente, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares, que causaram prejuízo ao erário, à Secretaria Federal de Controle Interno, após dar ciência à direção da entidade e esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, para ressarcir à entidade;
- j) elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna RAAAI, a serem encaminhados ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle,

nos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa de Controle, no capítulo V item 5 incisos I e II;

k) verificar a consistência e a fidedignidade dos dados e informações que compõem as contas do Presidente da República no Balanço Geral da União/BGU;

l) testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão, admissão de pessoal.

Instrumentos de Controle Institucional Externos

Controladoria Geral da União (CGU)

O IF do Rio Grande do Sul, legalmente possui responsabilidade no que se refere aos recursos financeiros sob seu controle. Por isso, deve haver ciência de que a Controladoria Geral da União é o Órgão de fiscalização do Governo Federal com propósito declarado de combater a fraude e a corrupção e promover a defesa do patrimônio público.

Possui através da Lei 10.683/2003 as seguintes competências:

Art. 17. À Controladoria-Geral da União compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública federal.

O IF do Rio Grande do Sul desempenha suas funções administrativa, financeira e patrimonial cujo controle será realizado pela CGU que avaliará o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, comprovando a legalidade, avaliando resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira.

Tribunal de Contas da União (TCU)

O IF do Rio Grande do Sul terá sua atuação administrativa fundamentada na legislação vigente, especialmente no que se refere à submissão de fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União, cujas atribuições e competências estão expressas na Constituição Federal, ou seja:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

SIMEC – Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Finanças

O sistema SIMEC se constitui um recurso importante que permite o monitoramento acadêmico, o cadastro de demandas, auxilia o planejamento estratégico das instituições, faz o controle de processos administrativos e jurídicos, monitora ações indígenas, avalia recursos e infra-estrutura da área de saúde, controla eventos e compras, apresenta informações gerenciais, planos de ação articulados no programa Brasil Profissionalizado, apresenta gerenciamento de projetos, acompanha ações do plano de desenvolvimento da educação.

Há outros sistemas do Ministério da Educação que auxiliam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e realizam com presteza e agilidade o controle de suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Rio Grande do Sul é um documento que resultou de discussão e elaboração no instituto com a participação dos campi. As ações nele apresentadas sintetizam o desejo de tornar o IFRS uma referência na comunidade gaúcha, reestruturando o ensino profissional através de um plano de expansão ousado.

Em função da dinamicidade que o fazer pedagógico e o mundo do trabalho impõem, o PDI não se constitui uma ação acabada. Há a necessidade de que se rediscuta o planejamento, ainda no segundo semestre de 2009, cuja metodologia e cronograma já estão aprovados em seminário realizado com a participação dos campi, em Bento Gonçalves, nos dias 15 e 16 de junho de 2009.

A justificativa para que se retome a discussão do PDI do IFRS está fundamentada na necessidade de que o documento, obrigatoriamente deva estar em sintonia com Plano de Metas dos institutos e o Estatuto Geral, ainda não homologados.

A definição de um PDI de qualidade é fundamental para que se tenha segurança no atendimento de demandas e necessidades da sociedade e também o PDI de cada campus possa definir programas e ações pontuais, específicas, obedecida a vocação regional.

Dessa forma, ratificamos a necessidade da revisão do texto e redefinição de metas e ações no PDI do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, cujo calendário propõe votação final e definitiva no dia 09.10.09.

Bento Gonçalves RS, 25 de junho de 2009.